

**UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE - UNESC
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO – LINHA DE FORMAÇÃO ESPECÍFICA EM
EMPRESAS**

GISELI ARNS

**ESTUDO DA ORGANIZAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS
SOLIDÁRIOS DENTRO DOS PRESSUPOSTOS DA AUTOGESTÃO:
UM LEVANTAMENTO BIBLIOMÉTRICO ENTRE OS ANOS DE 1999 A
2009.**

CRICIÚMA, OUTUBRO 2010

GISELI ARNS

**ESTUDO DA ORGANIZAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS
SOLIDÁRIOS DENTRO DOS PRESSUPOSTOS DA AUTOGESTÃO:
UM LEVANTAMENTO BIBLIOMÉTRICO ENTRE OS ANOS DE 1999 A
2009.**

Monografia apresentada para obtenção do grau de Bacharel em Administração de Empresas, no curso de Administração – Linha de Formação Específica em Empresas, da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC.

Orientador (a): Prof. (a) Esp. Gisele Silveira Coelho Lopes

CRICIÚMA, OUTUBRO 2010

GISELI ARNS

**ESTUDO DA ORGANIZAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS
SOLIDÁRIOS DENTRO DOS PRESSUPOSTOS DA AUTOGESTÃO:
UM LEVANTAMENTO BIBLIOMÉTRICO ENTRE OS ANOS DE 1999 A
2009.**

Monografia apresentada para obtenção do grau de Bacharel em Administração de Empresas, no curso de Administração – Linha de Formação Específica em Empresas, da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC.

Criciúma, 8 de Dezembro de 2010.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Fulano de Tal - Titulação - (Instituição) - Orientador

Prof. Fulano de Tal - Titulação - (Instituição)

Prof. Fulano de Tal - Titulação - (Instituição)

DEDICATÓRIA

Este trabalho de conclusão de curso é dedicado em cada linha, ao meu querido Pai Dagoberto, a minha amada mãe Márcia, ao meu irmão Alexandre, e as minhas amadas irmãs Fernanda e Marina, vitais cada um em sua maneira para o resultado deste trabalho, motivando-me sempre com palavras de apoio e incentivo, o que muitas vezes mostrou-se o mais importante para mim. As pessoas especiais que se fizeram presentes em diversos momentos e que evidenciam a cada dia o quanto a amizade e o amor podem ser incondicionais.

AGRADECIMENTOS

A conclusão deste trabalho representa uma etapa importante em minha vida, porém ela só foi possível e prazerosa com o auxílio e a companhia de diversas pessoas. Algumas delas sempre estiveram presentes em minha vida, já outras, para minha felicidade conheci nesta fase de graduação e se tornaram especiais.

Inicialmente gostaria de agradecer a minha família, à minha mãe pelos cuidados, pelo amor, pela preocupação e pelas orações que me fortaleceram, a meu pai pela incansável batalha para proporcionar a mim e meus irmãos sempre estudo nas melhores instituições de ensino, pelo amor e o respeito dedicado a nossa família. As minhas irmãs Fernanda e Marina, pelo apoio incondicional, pelas palavras de incentivo e pelos gestos de amor dedicados sempre e a meu irmão Alexandre. Eu amo cada um de vocês e tenho a mais profunda certeza que nossas histórias já foram escritas em algum lugar...

Agradeço a Deus por ter me dado forças para não fraquejar.

Deixo esculpida aqui também a minha eterna gratidão, o meu respeito e amor as minhas amigas e companheiras de graduação Andressa Turossi, Gislaine Guisi Boselo, Juliana Casagrande, Mariele Benedet, Tamires Maccari e Tuiane Teixeira. Vocês sem sombra de dúvidas marcaram esta passagem de minha vida. Obrigada pelas manhãs passadas ao lado de todas, pelo carinho, pela troca de saberes e pela amizade dedica.

Agradeço a minha professora e orientadora Gisele Silveira Coelho Lopes pela pessoa dedicada e humilde, possuidora de extensa sabedoria, por sua orientação e pela confiança depositada em mim na busca de meu próprio caminho.

**“Ama sempre, fazendo pelos outros o
melhor que possas realizar.**

Age auxiliando.

Serve sem apego.

E assim vencerás.”

Chico Xavier

RESUMO

ARNS, Giseli. **Estudo da organização de empreendimentos solidários dentro dos pressupostos da autogestão:** um levantamento bibliométrico entre os anos de 1999 a 2009. 91 p. Monografia do Curso de Administração com linha Específica em Empresas da Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC, Criciúma, SC.

Para este estudo encontra-se como pano de fundo a Economia Solidária. Objetivou-se estudar como se organizam e são geridos empreendimentos econômicos solidários dentro dos pressupostos da autogestão utilizando estudos de casos presentes em artigos científicos, teses e dissertações. A fundamentação teórica passa pelos assuntos que permeiam a autogestão e a economia solidária. **Metodologia:** Para a metodologia foi utilizada a pesquisa bibliográfica, documental e exploratória com uma abordagem quantitativa e qualitativa tendo em vista que foram pesquisados artigos científicos, teses e dissertações com as palavras-chave autogestão, economia solidária e cooperativismo para que em uma segunda etapa fossem utilizados apenas estudos de caso que procurassem responder de alguma forma os objetivos específicos. **Resultados:** Concluiu-se que nos empreendimentos econômicos solidários estudados, muitos não apresentam a autogestão em sua organização diária. Ficou evidente ainda a fragilidade e a dependência de diversas cooperativas em relação a instituições de apoio e agentes externos (Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares, pesquisadores, prefeituras, etc), bem como, percebeu-se que o campo econômico solidário no Brasil precisa ainda evoluir para que esta seja uma solução para problemas econômicos e sociais enfrentados por boa parte da população brasileira.

Palavras-chave: Economia solidária. Autogestão. Cooperativismo.

LISTA DE TABELAS E QUADROS

Tabela 1: Número de Cooperativas por Ramo de Atuação.	28
Tabela 2: Empreendimentos Econômicos Solidários por Município Brasileiro.	37
Tabela 3: Número de artigos selecionados por periódico de circulação nacional e palavras-chave (cooperativismo, economia solidária e autogestão) entre os anos de 1999 e 2009.....	49
Tabela 4:Número de teses e dissertações selecionadas por ano, universidade e palavras-chave (cooperativismo, economia solidária e autogestão) entre os anos de 1999 e 2000.....	49
Tabela 5: Número de artigos que possuem estudos de casos utilizados para o estudo.....	50
Tabela 6:Número de teses e dissertações que possuem estudos de casos que respondem os objetivos específicos deste estudo.	51
Quadro 1: Perfil dos Empreendimentos Pesquisados.	59
Quadro 2: Motivos para a Criação do Empreendimento e Ingresso dos Cooperados.	61

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Segmento de Atuação dos Empreendimentos Pesquisados.....	54
Figura 2: Público Alvo dos Empreendimentos Pesquisados.....	55

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AC – Acre

ACI – Aliança Cooperativa Internacional

ADS – Agência de Desenvolvimento Solidário

AL – Alagoas

AM – Amazonas

ANTEAG – Associação Nacional de Trabalhadores de Empresas de Autogestão e Participação Acionária

AP – Amapá

BA – Bahia

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CE – Ceará

CONCRAB – Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil

CUT – Central Única de Trabalho

DF – Distrito Federal

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos

EES – Empreendimentos Econômicos Solidários

ES – Economia Solidária

ES – Espírito Santo

FGV – Fundação Getúlio Vargas

FURB – Universidade Regional de Blumenau

G&DR – Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional

GEMERC – Gerência de Apoio ao Desenvolvimento em Mercados

GO – Goiás

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMS – Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

ITCP – Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares

MA – Maranhão

MG – Minas Gerais

MS – Mato Grosso do Sul

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra

MT – Mato Grosso

O&S – Revista Organizações e Sociedade
OCB – Organização das Cooperativas Brasileiras
OCEs – Organização das Cooperativas Estaduais
PA – Pará
PB – Paraíba
PE – Pernambuco
PI – Piauí
PR – Paraná
PUC – Pontifícia Universidade Católica
RAC – Revista de Administração Contemporânea
RAE – Revista de Administração de Empresas
REGES – Revista Eletrônica de Gestão
RJ – Rio de Janeiro
RN – Rio Grande do Norte
RO – Rondônia
RR – Roraima
RS – Rio Grande do Sul
SC – Santa Catarina
SE – Sergipe
SENAES – Secretaria Nacional de Economia Solidária
SP – São Paulo
TO – Tocantins
UDESC – Universidade do Estado de Santa Catarina
UF – Unidade Federativa
UFPE – Universidade Federal de Pernambuco
UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina
UFU – Universidade Federal de Uberlândia
UFV – Universidade Federal de Viçosa
UNESC – Universidade do Extremo Sul Catarinense
UNESP – Universidade Estadual Paulista
UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas

UNIRCOOP – Revista da Universidade das Américas para Estudos Cooperativos e Associativos/ Universidade das Américas para Estudos Cooperativos e Associativos

UNISINOS – Universidade do Vale do Rio dos Sinos

UNIVALI – Universidade do Vale do Itajaí

USP – Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
1.1 PROBLEMA	13
1.2 OBJETIVOS	14
1.2.1 OBJETIVO GERAL	14
1.2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	14
1.3 JUSTIFICATIVA	14
1.4 ESTRUTURA DO TRABALHO	16
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	16
2.1 COOPERAÇÃO.....	17
2.2COOPERATIVISMO.....	18
2.2.1 Histórico do cooperativismo no mundo	19
2.2.2 Histórico do cooperativismo no Brasil	21
2.2.3Princípios do cooperativismo.....	22
2.2.4 Ramos do cooperativismo	25
2.3 HETEROGESTÃO.....	29
2.4 ECONOMIA SOLIDÁRIA	31
2.4.1 A economia solidária no Brasil	35
2.5 AUTOGESTÃO	39
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	43
3.1 TIPOS DE PESQUISA	45
3.1.1 Pesquisa Bibliográfica	45
3.1.2 Pesquisa Documental	46
3.1.3 Pesquisa de Exploratória.....	47
3.2 ABORDAGEM DA PESQUISA	47
3.3 POPULAÇÃO E AMOSTRA	48
3.4 TÉCNICA DE COLETA DE DADOS	51
3.5 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS	52
4 EXPERIÊNCIA DA PESQUISA.....	53
5 CONCLUSÃO	71

1 INTRODUÇÃO

No Brasil estima-se que acima de 50% das pessoas trabalham de maneira informal, sem a carteira de trabalho. Milhões de indivíduos são excluídos dos seus postos de trabalho, aumentando desta forma os trabalhos precários (GOMES et al, 2007).

Além disso, o capitalismo exacerbado da contemporaneidade aumenta o abuso da mão de obra trabalhadora e reduz as chances de emprego, bem como, cada vez mais contribui para a degradação do meio ambiente. O capitalismo busca sempre estimular o consumismo a qualquer custo, fazendo com que o aumento da competição e da concentração de dinheiro na mão de poucos e poder, reduzam os postos de trabalho (GOMES et al, 2007). O capitalismo globalizado apoiado em políticas neoliberais provoca uma ampliação da pobreza e da marginalização econômica e social (BARFKNECHT; MERLO; NARDI, 2006). É neste cenário que as ditas formas “atrasadas” de geração de trabalho e renda emergem, absorvendo todo o contingente de “sobrantes” excluídos da economia capitalista (CARTA DE PRINCÍPIOS FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2003).

Assim, mediante as taxas de desemprego foi possível perceber que uma boa parcela dos indivíduos eliminados do mercado formal de trabalho, encontrou na economia solidária um caminho para se reinserirem no mercado de trabalho (BARFKNECHT; MERLO; NARDI, 2006).

Segundo Singer (2002), muitas iniciativas coletivas de trabalho e produção vêm ganhando espaços no Brasil sejam elas em forma de cooperativas, associações, empresas autogeridas, organizações populares entre outras. Estas iniciativas estão situadas tanto no meio urbano quanto no rural.

No Brasil os empreendimentos solidários conforme Gomes et al (2007), se organizam da seguinte forma: 54% são associações, 33% são grupos informais, 11% são cooperativas e 2% têm outras formas de se organizarem. Ainda assim, existem três motivos que se destacam no Brasil para a criação empreendimentos econômicos solidários, são estes: a) alternativa ao desemprego com 45% de frequência, b) complemento de renda com 44% e c) obtenção de maiores ganhos com 41%. Porém mais dois outros motivos merecem destaque sendo eles: a possibilidade de gestão coletiva da iniciativa com 31% e condição para aquisição de crédito com 29%, existindo mudanças nestes dados de acordo cada região do Brasil.

Diante da realidade da economia solidária no Brasil, surge a possibilidade de ser realizada a pesquisa em questão que possui como tema: Estudo da organização de empreendimentos solidários dentro dos pressupostos da autogestão: um levantamento bibliométrico entre os anos de 1999 a 2009.

1.1 PROBLEMA

No Brasil por voltas das décadas de 1980 e 1990 começou a existir um movimento mais expressivo da Economia Solidária. Nesta época ocorreu o auge da crise industrial no Brasil, o que levou ao aumento expressivo das taxas de desemprego gerando maior pobreza da população e exclusão social (SINGER, 2002).

Diante de muitos acontecimentos econômicos mundiais, o Brasil por sua vez, não ficou de fora das mudanças geradas pela globalização. Mudanças nas relações de trabalho, aumento no uso de tecnologias, mercados financeiros mais instantâneos, foram alguns motivos que levaram as economias dos países a se modificarem (LIBONI, 2002).

Estas modificações estão diretamente ligadas às alterações ocorridas nas relações de trabalho, ao afetar um ciclo que gera emprego e renda a classe trabalhadora, tendo como consequência maior o desemprego (LIBONI, 2002).

A partir deste cenário começaram mesmo que timidamente a surgir empreendimentos autogestionários e cooperativas como uma alternativa a falta de emprego e renda. Estes empreendimentos são norteados por valores éticos como a honestidade, transparência e responsabilidade social.

Vive-se em um mundo em que as pessoas são, em sua grande maioria, educadas pelos preceitos de uma economia capitalista heterogestionária, isto é, agem de maneira dependente da estrutura hierárquica do capital que por sua vez, apresentam dificuldades para se adaptar a um estilo de vida economicamente solidária, dentro dos princípios da autogestão. A partir deste contexto, surge o problema em questão: Como ocorreu a organização de empreendimentos solidários dentro dos pressupostos da autogestão entre os anos de 1999 a 2009?

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 OBJETIVO GERAL

Analisar através estudos empíricos entre os anos de 1999 a 2009, como os empreendimentos solidários brasileiros se organizaram dentro dos pressupostos da autogestão.

1.2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Descrever o perfil dos empreendimentos solidários pesquisados;
- Conhecer os motivos para a criação dos empreendimentos solidários pesquisados;
- Descrever os pontos favoráveis e não favoráveis no processo de organização dos empreendimentos solidários pesquisados.

1.3 JUSTIFICATIVA

No ano de 2009 a taxa de desemprego no Brasil segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) foi de 8,1%. O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) divulgou que existem 43 milhões de brasileiros vivendo abaixo da linha da pobreza. O Brasil possui um território muito vasto em que as possibilidades para melhorar a vida de sua população existem, mas para que isso ocorra é necessário que um novo padrão de desenvolvimento seja adotado. Uma economia que valorize o respeito das relações humanas e ao meio ambiente, proporcionando assim, oportunidade para todos.

A Economia Solidária vem mesmo que ainda em “doses homeopáticas”, se apresentando como um caminho para as crises nas empresas e a falta de emprego e renda. Empreendimentos solidários têm por objetivo proporcionar as pessoas uma forma de garantir renda e saírem das estatísticas de pobreza e exclusão de uma sociedade.

Dados fornecidos pelo Atlas da Economia Solidária atualizados até o ano de 2007 mostram que já existem 21.859 empreendimentos solidários espalhados

pelo Brasil, em geral são em forma de cooperativas ou associações produtivas regidas pelos pressupostos da autogestão.

A realização deste estudo se mostrou importante, pois o âmbito acadêmico carece de pesquisas que tragam em seu bojo experiências que visem esclarecer como esta nova forma de relação de emprego se organiza, quais os desafios e dificuldades de se romper pensamentos e comportamentos capitalistas já impostos as pessoas desde o berço. O conceito de autogestão vem da realidade, de experiências empíricas, pois ela iniciou com pessoas que foram vítimas das consequências que o capitalismo ao longo do tempo veio formando. É a procura pela autonomia, e por uma economia horizontal voltada para formas mais justas e solidárias de trabalho e vida.

Desse modo, pode-se dizer que este estudo se apresentou relevante para a comunidade local cricumense e região, para a universidade, bem como, para a pesquisadora. Para a comunidade cricumense e região, pois esta pesquisa buscou apresentar um estudo bibliométrico sobre como no Brasil se organizam empreendimentos solidários através dos pressupostos da autogestão, descrever quais os motivos que levam os cooperados a criarem empreendimentos econômicos solidários e também quais os favoráveis e não favoráveis no processo de organização dos empreendimentos solidários presentes nesta pesquisa. Para através deste, mostrar uma saída para o desemprego e a falta de renda da população, bem como sua importância na inclusão social. Para a universidade este estudo poderá servir como material de pesquisa aos acadêmicos e professores, já para a pesquisadora, pois ajudou na obtenção de uma maior compreensão sobre uma forma diferente de economia, ainda pouco explorada na academia.

O momento atual se mostrou oportuno, pois existem hoje no Brasil alguns programas e leis de incentivo a economia solidária e ao cooperativismo tendo em vista seu crescimento no país. Este estudo também teve como objetivo poder servir futuramente de objeto de pesquisa para outros estudos, devido a pouca disponibilidade e variedade ainda, de material sobre o assunto tanto no acervo bibliográfico em bibliotecas virtuais como físicas.

Pode-se dizer que este estudo se apresentou viável, pois a pesquisadora dispôs de tempo para a realização do estudo.

1.4 ESTRUTURA DO TRABALHO

Este estudo está organizado em cinco capítulos, sendo que neste primeiro encontram-se as considerações em relação ao tema em questão. Possui a introdução que envolve o estudo, define o corpo do trabalho apresentando o objetivo geral e os objetivos específicos que serão respondidos ao longo do trabalho, bem como, a justificativa para a realização do mesmo.

No segundo capítulo é feito um resgate teórico de assuntos como: cooperação, cooperativismo, heterogestão, economia solidária e autogestão. Este resgate visa fundamentar questões que envolvem esta pesquisa e, além disso, proporcionar a pesquisadora um aprofundamento nos tópicos que compreendem o tema.

No que diz respeito ao terceiro capítulo, este tem como objetivo detalhar a metodologia utilizada para a realização da pesquisa. Sendo assim, os tipos de pesquisa usados foram a bibliográfica, para o apoio teórico, a documental tendo em vista que as fontes utilizadas para a pesquisa foram artigos científicos e dissertações. E ainda foi utilizado a pesquisa exploratória, com o intuito responder os objetivos específicos deste trabalho.

Já no capítulo quatro, apresenta-se a pesquisa realizada. Esta pesquisa delinea o perfil dos estudos de casos analisados, apresenta os motivos que foram levados em conta para a criação dos empreendimentos e também o que estimulou os cooperados dos empreendimentos a se associarem aos mesmos. A partir daí, foi feita ainda uma análise geral dos resultados da pesquisa em questão.

Por fim, o quinto e último capítulo é dedicado descrever quais as experiências adquiridas através da pesquisa bibliográfica presente no trabalho e também nos estudos de caso, e ainda, responder como foram respondidos os objetivos específicos. Neste capítulo também são sugeridos futuros temas de pesquisa através deste estudo, bem como, sugestões para futuros acadêmicos que desejarem realizar estudos deste nível.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Neste capítulo será desenvolvida uma revisão bibliográfica com autores respeitados na área da economia solidária, do cooperativismo, e demais tópicos,

que buscam fundamentar este estudo. Para através destes conhecimentos, serem estabelecidas conexões com pontos fundamentais para o desenvolvimento do tema da pesquisa em questão.

2.1 COOPERAÇÃO

Cooperação segundo a sociologia é a ligação de pessoas de maneira formal ou informal para buscarem um objetivo em comum (PINHO, 1966). Cruz (2000, p.50) conceitua cooperação como um “[...] modo particular de organizar trabalho e esforço humano, de uma forma solidária, para concretizar um objetivo comum”.

Ainda é possível definir cooperação, como sendo uma configuração do trabalho, em que muitos indivíduos trabalham juntos, sendo que estes trabalhadores se vinculam uns aos outros de forma coletiva e voluntária (MARX, 2001).

Diante do exposto, é possível dizer, que a idéia de cooperação surgiu a partir do momento em que as pessoas através da união de seus esforços, obteriam um maior sucesso na resolução de seus problemas (RODRIGUES, 2005).

O termo cooperação está sendo muito usado na bibliografia cooperativista, tanto para substituir a palavra cooperativa, como um mandamento cooperativista (PINHO, 2004).

Haja vista que na contemporaneidade já existe uma cultura que permeia a cooperação. A cultura da cooperação está no bojo do desenvolvimento de estilos de se comportar e pensar perante a vida em sociedade. Está também no bojo da cultura da cooperação, a transferência de símbolos, valores e aprendizados que levam as gerações mais atuais e as futuras a reportar a condição de convivência social (PINHO, 2004).

Contudo, ainda segundo Pinho (2004), a cultura é formada também por valores, costumes, e tecnologia que as pessoas absorvem de grupos sociais e as passam adiante. Dessa forma, o legado cultural se enriquece com o passar do tempo, porém também este pode se modificar ou até mesmo se perder com o tempo ou como, por exemplo, em casos de guerras cujos povos vencidos pela guerra são reprimidos.

Neste sentido é oportuno concluir que a sociedade obteve tamanha evolução no passar do tempo, devido à cooperação entre os homens (GAUSSELLI, 2002).

2.2 COOPERATIVISMO

O cooperativismo já existe há mais de duzentos anos, porém este não é apenas uma forma contrária ao modo capitalista de viver e de como gerir empresas capitalistas, pois o cooperativismo é antes de tudo uma maneira diferente de pensar, de agir e de as pessoas lidarem com a economia. Esta forma de economia baseia-se na solidariedade, nos valores humanos e não no individualismo como forma de acumular capital. As pessoas se unem para ajudarem umas as outras, para juntas conquistarem melhores condições de trabalho e por conseqüência, melhorar suas vidas perante a sociedade. Portanto, o cooperativismo, preocupa-se em aprimorar o ser humano em todas as dimensões – sociais, culturais, ambientais e econômicas – ao buscar oferecer produtos e serviços de qualidade a preços acessíveis. O cooperativismo visa contribuir para a formação de uma sociedade mais democrática e sustentável (VEIGA; FONSECA, 2002).

O cooperativismo não tem como objetivo somente ser um meio de ajustar problemas econômico-sociais, mas também objetiva a prestação de serviços. Para que sejam alcançados tais fins, a forma utilizada é a associação de pessoas às cooperativas (PINHO, 2004).

Deste modo, o cooperativismo é regulamentado por suas próprias leis e segue uma série de doutrinas pautadas em valores e princípios como os citados por Pires (1999, p.24), “[...] ajuda mútua, responsabilidade, democracia, igualdade, equidade, solidariedade, responsabilidade social”. Fundamenta-se na economia solidária, tem por objetivo ser eficiente, por meio da qualidade e da credibilidade dos serviços em que desempenha e/ou presta a seus sócios e também a seus usuários (OLIVEIRA, 1997).

Nascimento (2000) analisa que o cooperativismo é um modelo econômico que busca ajustar as disfunções que a economia capitalista apresenta à sociedade. O autor acredita que esta é uma forma correta dos indivíduos alcançarem juntos, fins econômicos que sozinhos não conseguiriam viabilizar.

Pinho (2004, p.209) define o “homem cooperativo” da seguinte forma:

Entendido como um misto de idealista romântico e solidário, capaz de superar o egoísmo, o individualismo e o isolamento pra viver na comunidade cooperativa; representa uma visão do “homem cooperativo total”, isto é, ao associado-cooperado que assume os riscos do empreendimento cooperativo por ser, ao mesmo tempo, co-empresário e co-usuário dos serviços prestados pela cooperativa aos seus associados.

Contudo, diante da situação econômica, cultural e social em que as nações se encontram, devido ao desemprego e as dificuldades das relações entre trabalhador e empregador, o cooperativismo se apresenta como solução para a busca de renda e trabalho para a população. O cooperativismo torna o cooperado dono dos meios de produção, ao garantir defesa econômica, autonomia e produtividade (SCHMIDT; PERIUS, 2003).

Estima-se que aproximadamente 1/6 da população mundial está de alguma forma ligada a cooperativas, este número constata que o cooperativismo é um movimento socioeconômico de muita importância no mundo (VEIGA; FONSECA, 2002).

O dia do cooperativismo é comemorado no primeiro sábado de Julho. Esta decisão foi tomada no centenário da ACI em 1995. Nesta mesma oportunidade a Assembléia das Nações Unidas, reconheceu as cooperativas como um fator fundamental para o crescimento de todos os países, e ainda observou ser uma importante maneira de milhares de indivíduos garantirem para si e seus dependentes, uma vida com mais dignidade, mais qualidade de vida economicamente e oportunidades estendidas (PINHO, 2004).

Em virtude do que foi apresentado e em contraste com a economia capitalista, que se sustenta nas relações capital/trabalho, no lucro e na concorrência aberta (SILVA, 2006), o cooperativismo é direcionado ao indivíduo e não ao capital, ele procura negar o sistema que envolve o capital e pretende assim, modificar o sistema através da ação e do princípio de socializar os bens produzidos pelos produtores destes bens (PONTES, 2004).

2.2.1 Histórico do cooperativismo no mundo

O cooperativismo apareceu no século XIX como solução a grande concentração de pessoas nas cidades, devido ao desemprego no campo e também a perda dos postos de trabalho dos artesãos, causados pelo ingresso de tecnologia

nas indústrias. Outro motivo que contribuiu significativamente para a expansão das ideais cooperativistas foi o descontentamento dos trabalhadores devido à exploração da mão-de-obra, com cargas horárias de até 16 horas, e a falta de leis que protegessem a classe operária. Estes e outros motivos criaram um cenário propício para que cooperativas fossem criadas (HALICKI, 2007).

Mesmo antes de Cristo, as raízes cooperativistas já haviam sido plantadas pelas antigas civilizações romanas. No entanto, registros da história só começaram a surgir a partir de 1790. Neste ano, foi fundada na Inglaterra a mais antiga cooperativa. Trabalhadores de dois estaleiros constituíram moinhos de cereais, em que na forma cooperativada não tinham que pagar pelos preços majorados dos meeiros (VEIGA; FONSECA, 2002). Desse modo, oficialmente a história do cooperativismo registra que foram na Inglaterra e na Alemanha que surgiram as primeiras cooperativas (RECH, 2000).

Neste contexto, em 1844 surgiu a Sociedade Equitativa dos Pioneiros de Rochdale Limitada, a mais moderna cooperativa de consumo, em que na época serviu de modelo para o surgimento de outras cooperativas. Esta cooperativa se destaca na história do cooperativismo, pois os trabalhadores elaboraram regras e regulamentos para seu funcionamento baseados em princípios morais e de comportamento (VEIGA; FONSECA, 2002), que serviram de base para a formulação dos princípios cooperativistas da ACI - Aliança Cooperativista Internacional - órgão de representação do cooperativismo no mercado (RODRIGUES, 2005). Neste mesmo período, surgiram dois outros modos de cooperação, as cooperativas de produção na Alemanha e de crédito na França, também foram formadas as primeiras cooperativas de trabalho, que mais tarde se estenderam para a Inglaterra e Itália (CULTI, 2000).

Não obstante, no século XX, o cooperativismo se fortaleceu e se expandiu por diferentes continentes, sobretudo depois da Primeira Guerra Mundial. A doutrina cooperativista é póstuma a prática do cooperativismo ou às cooperativas (PINHO, 2004).

Logo, pode-se concluir que o cooperativismo tanto nos seus primórdios como na era contemporânea, visava e ainda visa uma melhor qualidade de vida relacionada tanto com o lado econômico quanto como o lado social (HALICKI, 2005). Apesar de terem passado mais de um século, o cooperativismo ainda é aceito por

todos os governos, e continua sendo muito reconhecido por apresentar soluções á problemas sócio-econômicos (GAUSSELLI, 2002).

2.2.2 Histórico do cooperativismo no Brasil

Por volta de 1880 o cooperativismo começou a ser discutido no Brasil. No ano de 1887 começaram a aparecer às primeiras cooperativas no país, uma delas foi a Cooperativa de Consumo dos Empregados da Companhia Paulista, em Campinas (SP), bem como, em 1889 a Sociedade Econômica Cooperativa dos Funcionários Públicos de Minas Gerais, em Ouro Preto (MG). A Cooperativa da Companhia Telefônica, em Limeira (SP), surgiu no ano de 1891, assim como em 1894 a Cooperativa dos Militares, na cidade do Rio de Janeiro (RJ) (VEIGA; FONSECA, 2002).

Seguindo a evolução do cooperativismo no Brasil, em 1902 no Rio Grande do Sul começaram a aparecer às cooperativas de crédito e também por volta de 1906 às cooperativas rurais tiveram seu início com imigrantes italianos e alemães principalmente (GAWLAK; RATZKE, 2001), que trouxeram de seus países experiências que os ajudaram na constituição de cooperativas rurais (CARRADORE, 2005).

Contudo, a partir da década de 1930 muitas cooperativas começaram a ser criadas, devido à assistência de órgãos públicos e cooperativistas (MENGARIO, 2000).

Na década de 1960 as cooperativas destinadas a atender as necessidades das pessoas que moravam nas cidades, as ditas cooperativas urbanas, se encontravam em maior quantidade do que as cooperativas rurais, mesmo o meio rural na época sendo mais populoso (PEREIRA, 1993). No entanto, posteriormente as cooperativas rurais continuaram a crescer, ao contrário das urbanas que permaneceram como estavam (RODRIGUES, 2005).

Entre os anos de 1930 a 1960, muitos decretos foram promulgados a favor do cooperativismo, e algum tempo depois revogados, assim como incentivos foram criados e cancelados devido à volta da cobrança de ICMS e a eliminação de muitos direitos que tinham como objetivo de ajudar as cooperativas a obter sucesso. Já no ano de 1971, no governo de Médici, foi promulgado o Decreto - Lei 5.764, que até hoje vigora regulando as cooperativas. Em 1988, aconteceu o Congresso das

Cooperativas em que com a Constituição de 1988, o cooperativismo conquistou sua autonomia, sendo que a participação do Estado nas cooperativas foi excluída (VEIGA; FONSECA, 2002).

É importante destacar que, diferentemente do movimento cooperativista da Europa, que iniciou por causa das condições problemáticas de trabalho, no Brasil o movimento do cooperativismo, se deu através da percepção que pequenos produtores agrícolas tiveram da necessidade de fortalecer a comercialização de seus produtos e posteriormente receber incentivos do Estado (ANDRADE, 2005).

Existem hoje no Brasil, duas organizações que representam o as cooperativas, sendo estas: 1) OCB – Organização das Cooperativas Brasileiras, esta engloba a maiorias das cooperativas existentes do país, o qual é caracterizado por ser o órgão máximo de representatividade das cooperativas no Brasil; 2) CONCRAB – Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil, esta cuida de todas as cooperativas do MST (ANDRADE, 2005).

Segundo o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, no ano de 2009 foram exportados 3,6 bilhões de dólares em produtos de cooperativas para o Exterior, comparados aos 3,3 bilhões de dólares exportados no ano de 2007. Os cinco Estados que mais exportaram no Brasil foram respectivamente, Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Aproximadamente 13% da população brasileira está envolvida com o cooperativismo, tomando como embasamento famílias de quatro pessoas, onde nelas existem associados e funcionários cooperados (RODRIGUES, 2000).

Por todos estes aspectos, é possível concluir que o cooperativismo no Brasil está em constante crescimento, o que de certa forma, contribui para a resolução dos problemas de desemprego e renda existentes no país (RECH, 2000).

2.2.3 Princípios do cooperativismo

Os princípios do cooperativismo foram promulgados em 1844 pela cooperativa de Rochdale, estes sofreram algumas alterações em 1937, em Paris, 1966 em Viena, pela Aliança Cooperativa Internacional e a mais recente em Manchester 1995, no entanto suas bases ainda são as formuladas pelos Pioneiros de Rochdale. Para que as cooperativas não acabem se perdendo, elas devem se

amparar nestes princípios (PINHO, 1977). Silva Filho (2001) apresenta-os da seguinte forma:

- **Princípio da adesão voluntária e aberta:** este princípio reafirma a importância de a pessoa quando se associa a uma cooperativa. Este procedimento tem que ser por livre e espontânea vontade, sem que seja em momento algum, obrigado a isso. Na condição de sócio a pessoa tem o direito ao voto, ao participar das reuniões e também de utilizar tanto os serviços como o aporte de capital, quando for preciso. Este princípio também garante ao membro o seu desligamento da cooperativa a qualquer momento, dando ao indivíduo plena liberdade de escolha. Contudo, o princípio da adesão livre reafirma um dos fundamentos cooperativos, o de não haver discriminação a raça, classe social, sexo, opção política e religião, mas sim respeito às diferenças;
- **Princípio da gestão democrática por parte dos sócios:** as cooperativas são geridas por seus sócios, cada qual tem o direito a um voto independente do número de quotas-parte que ele possui. Estes sócios participam da formulação das políticas e nas tomadas de decisões. Em algumas cooperativas isto ocorre nas assembleias gerais, e em outras, estas participações ocorrem nas próprias operações do dia-a-dia, das quais participam os sócios;
- **Princípio da participação econômica dos sócios:** os associados colaboram de maneira equitativa para o capital de sua cooperativa e o controlam democraticamente. As sobras são distribuídas para os seguintes fins: a) ao desenvolvimento da cooperativa; b) ao benefício de cada sócio de acordo com suas atividades na cooperativa; c) a outras atividades acertadas em comum acordo pelos sócios;
- **Princípio de autonomia e independência:** este princípio diz respeito a necessidade das cooperativas serem independentes dos governos, tendo um posicionamento autônomo com estas instituições. Ademais, quando realizarem negócios com empresas privadas, devem ser negociados acordos que estabeleçam a liberdade e a independência, afim de que possam controlar seus rumos;

- **Princípio da educação, formação e informação:** este princípio destaca a importância da educação e da formação no centro das cooperativas. Diz respeito ao comprometimento de todos os membros para que entendam a complexidade e o valor das atividades e dos pensamentos cooperativos. Por fim, o princípio mostra também a responsabilidade que as cooperativas têm de passarem informações a jovens e aos líderes formadores de opinião no que diz respeito aos benefícios, a natureza e as pessoas que as atividades cooperativas podem trazer;
- **Princípio da cooperação entre cooperativas:** para que um maior crescimento e um fortalecimento do cooperativismo é preciso que haja uma intercooperação entre as cooperativas, através de um intercâmbio de informações, serviços e produtos dando destaque ao setor como atividade econômica. É necessário que se construam redes de cooperativas nos âmbitos regionais, nacionais e internacionais, para maximizarem os impactos perante as interferências governamentais em especial, e para realizarem atividades em território internacional;
- **Princípio do interesse pela comunidade:** as cooperativas têm como um de seus objetivos principais, o benefício de seus membros. Muitas vezes as relações com a comunidade em que estas pessoas vivem se tornam bastante estreitas. Neste sentido as cooperativas passam a ter uma responsabilidade com as comunidades em que seus sócios estão inseridos. Para assegurar que estas pessoas tenham um bom desenvolvimento, as cooperativas têm como dever dar um suporte social para proporcionar uma vida melhor nas comunidades.

Para uma melhor compreensão da prática do cooperativismo e de como ele nasceu é preciso que se compreendam os valores e os princípios que norteiam o cooperativismo, sendo esses as forças motrizes para a formação de um espírito cooperativista. Estes valores são compostos pela liberdade, a equidade, fraternidade e a solidariedade. Com base nestes valores, e uma adaptação de tempo e espaço, constitui-se os princípios do cooperativismo (VIEIRA, 2005).

Contudo, estes princípios têm por objetivo ajudar a entender o funcionamento das cooperativas. Mas é necessário que se mantenha uma postura crítica a respeito dos limites existentes e as implicações destes sete princípios (RECH, 2000).

Portanto em uma visão geral, estes princípios reafirmam a base social e humana em que as cooperativas se firmam. As cooperativas são instituições abertas a todos os tipos de pessoas, sendo que estas estejam aptas utilizar os serviços oferecidos e a assumirem suas responsabilidades como associados, e também para com a sociedade (VIEIRA, 2005).

2.2.4 Ramos do cooperativismo

O cooperativismo atual procura se estender por diversas áreas, pois os cooperados crêem que é possível *operar junto* qualquer tipo de produto ou serviço. Encontra-se na atualidade cooperativas dos mais diversos tipos, é possível encontrar cooperativas de cabeleireiros, fabricação de panelas, de produção de macarrão caseiro, biscoitos, artesanatos, produtos de couro ou também de serviços como saneamento, hidráulica. Além disso, é muito comum encontrar fábricas que produzem em grande escala em regime cooperativado (VEIGA; FONSECA, 2002).

No Brasil as cooperativas estão divididas em 13 ramos, cada um representado pela Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) no âmbito nacional e no âmbito estadual pelas (OCEs). Os atuais ramos e suas denominações foram aprovados pelo Conselho Diretor da OCB, no dia 4 de maio de 1993, esta divisão beneficia na organização vertical das cooperativas em confederações, federações e centrais (OCB, 2008). Apresenta a seguir algumas ramificações do cooperativismo no Brasil (CRUZ, 2000; VEIGA, FONSECA, 2002; ANUÁRIO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS, 2003):

- **Cooperativismo Agropecuário:** Este ramo se mostra importante para o Brasil, pois advém dele um grande percentual da produção agrícola do país. A partir do século XX, as cooperativas agropecuárias se mostraram de suma importância pelo volume de negócios realizados e também por serem responsáveis pela difusão do cooperativismo Este ramo é composto por cooperativas de produtores rurais e cooperativas de pesca, que realizam atividades de beneficiamento, transporte, armazenagem, distribuição de seus produtos, bem como, a venda dos mesmos ;
- **Cooperativismo de Consumo:** A principal função destas cooperativas é a compra de artigos com melhores preços para seus sócios,

geralmente das cidades em que os grandes supermercados ainda não se estabeleceram. Muitas vezes as cooperativas têm supermercados e mercados próprios, para que não exista um intermediário;

- **Cooperativismo de Crédito:** No Brasil as cooperativas de crédito surgiram com a missão de gerir os recursos financeiros de seus sócios. Este tipo de cooperativa concede empréstimos para seus associados a juros menores dos que são cobrados por bancos comerciais, sem grandes burocracias;
- **Cooperativismo Educacional:** Este ramo do cooperativismo é dividido em dois tipos: 1) é construída por pais de alunos, desta forma sendo donos, os próprios administram todos os processos da escola, contratação de professores e profissionais pedagogos; 2) alunos que fazem parte de projetos do Ministério da Educação e do Desporto são matriculados em Escolas Agrotécnicas Federais. Estas selecionam alunos e os preparam através de aprendizados e exercícios práticos agropecuários;
- **Cooperativismo Especial:** Este ramo nasceu em 1999, com o objetivo de atender deficientes físicos, sensoriais, mentais e psíquicos. Também se incluem pessoas que precisam ser tuteladas. Este segmento do cooperativismo tem como objetivo aumentar a produtividade e a independência social e econômica dos indivíduos, através de programas de treinamento;
- **Cooperativismo Habitacional:** São cooperativas constituídas com o objetivo de construir ou comprar casas próprias, ou também administrar e manter conjuntos habitacionais para seus associados;
- **Cooperativismo de Infraestrutura:** Este seguimento é constituído por cooperativas que tem a finalidade prestar serviços específicos para seu quadro social. Estes serviços podem ser de energia, telecomunicações e também serviços como limpeza urbana;
- **Cooperativismo Mineral:** Este ramo do cooperativismo é constituído por cooperativas mineradoras, as quais têm como função extrair, industrializar e comercializar minérios. Através de regras bem

difundidas e orientação especializada, estas cooperativas têm ajudado a conscientizar outras mineradoras a cuidar do meio ambiente;

- **Cooperativismo de Produção:** Este ramo é composto por cooperativas focadas na produção de bens e mercadorias, em que os cooperados participam de todo o processo de trabalho, comercial e de administração. Esta forma de cooperativa vem ganhando força devido à formação de cooperativas de empresas recuperadas, cujos empregados de empresas falidas resolvem transformá-las em cooperativas, passando a administrar a empresa em conjunto;
- **Cooperativismo de Saúde:** As cooperativas de saúde são formadas por médicos, dentistas, psicólogos entre outras atividades na área da saúde. Estes atendem a população por preços inferiores aos oferecidos pela iniciativa privada;
- **Cooperativismo de Trabalho:** Trabalhadores de qualquer seguimento constituem este ramo do cooperativismo. O objetivo desta forma de cooperativa é oferecer ao mercado de trabalho, associados capacitados para desenvolver qualquer tipo de trabalho por meio de contratos de prestação de serviços. Através desta forma de cooperativismo os efeitos do desemprego, principalmente nas grandes cidades, diminuiram;
- **Cooperativismo de Transporte:** Estas cooperativas se originaram devido à precariedade dos serviços de transportes principalmente dos grandes centros urbanos. Este ramo é formado tanto por transportes de cargas como de passageiros;
- **Cooperativismo de Turismo:** As cooperativas de turismo e lazer são formadas por profissionais ligados as áreas de turismo e lazer. Este é o mais novo ramo criado, e no Brasil apresenta um grande potencial de crescimento devido às condições naturais existentes no país.

A Tabela 1 foi elaborada pela Organização das Cooperativas Brasileiras que tem por desígnio informar o número de cooperativas, de indivíduos associados e empregados em cooperativas existentes no Brasil até o ano de 2008.

Tabela 1: Número de Cooperativas por Ramo de Atuação.

Ramos de Atividade	Cooperativas	Associados	Empregados
Agropecuário	1.611	968.767	134.579
Consumo	138	2.316.036	8.813
Crédito	1.113	3.215.866	38.796
Educacional	327	57.331	2.980
Especial	15	531	10
Habitacional	340	78.983	1.354
Infraestrutura	148	623.431	5.664
Mineral	53	19.975	105
Produção	215	11.931	2.442
Saúde	894	215.755	47.132
Trabalho	1.746	287.241	4.997
Transporte	1.060	90.744	7.640
Turismo e Lazer	22	1.116	44
TOTAIS	7.682	7.887.707	254.556

Fonte: Unidades Estaduais e OCB; Base: Dez/2008; Elaboração: Gemerc/OCB

Com base no levantamento feito pela Organização das Cooperativas Brasileiras, conclui-se dentre os 13 ramos do cooperativismo existentes no país, o seguimento do trabalho mesmo sendo um ramo mais recente do cooperativismo, apresenta um número grande de cooperativas devido à falta de emprego que o país. Apresenta em seguida o ramo agropecuário, que também se destaca em número de cooperativas, e estas representam boa parte da produção agrícola no Brasil (ANUÁRIO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS, 2003).

Desse modo, é possível concluir que ramos novos de cooperativas poderão ser instituídos, se existirem cem cooperativas na maioria dos Estados do Brasil com registros no Sistema OCB, e se também tiverem recursos satisfatórios para nutrir em funcionamento o Conselho Especializado junto à Organização das Cooperativas Brasileiras (PINHO, 2004).

2.3 HETEROGESTÃO

Em uma sociedade capitalista é apresentado como verdade que os indivíduos desde seu nascimento são geridos por outras pessoas, primeiramente pela família, depois pelos educadores na escola, por algum tipo de religião e depois em seus empregos. Neste mesmo sentido, no processo em que todos enfrentam quando criança no momento da socialização, que existem regras e que todos precisam viver sob normas. É perceptível que já existe na formação e na educação dos indivíduos uma relação de poder e hierarquia (CANÇADO, 2007).

Neste mesmo contexto, Cançado (2007, p.4) expõe que:

O ser humano é, de certa forma, *preparado* para obedecer escalas de comando (hierarquias), ocupadas por pessoas que têm *autoridade* sobre ele e, ao fazer parte da nossa sociedade, está sujeito a hierarquias formais e informais e, portanto, à heterogestão.

Em conformidade com o citado acima, Cançado (2004), apresenta que a heterogestão é fundamentada na burocracia do trabalho e em cadeias de comando, ao criar assim as hierarquias. É possível ver claramente que estas hierarquias seguem a lógica de uma pirâmide, em que a base é mais numerosa e à medida que vai chegando aos cargos mais altos o número de pessoas diminui o que expõe assim a questão do servilismo.

O sistema capitalista heterogestionário apresenta características como: concorrência que o mercado escolhe apenas os que julgam serem “vencedores”, abusos do trabalho pelo capital, propriedade privada e competição individualista (AZAMBUJA, 2007). A heterogestão naturaliza que algumas pessoas são mais capazes do que outras, ou seja, os que estão na ponta da pirâmide são os mais bem preparados, e quem tem apenas sua força de trabalho para oferecer ocupa a base desta. Portanto, só o que resta aos que ocupam a base, é ser controlado, gerido, coordenado e comandado pelos que alcançam a ponta da pirâmide. Também outra forma de dominação que encontra respaldo na burocracia, é o sigilo empresarial. Através deste mais uma vez é possível manter os trabalhadores sob domínio, pois quando o trabalhador não possui acesso a todas as informações da empresa, a heterogestão se legitima novamente, isto quer dizer, que mais uma vez existem os que possuem mais saber e os que possuem menos saber. A heterogestão abre espaço artificialmente entre a classe dos que mandam e a camada dos que obedecem (MOTTA, 1981).

Na gestão administrativa onde existe hierarquia, as informações e consultas passam a acontecer de baixo para cima e os comandos e instruções de cima para baixo. Os trabalhadores que se encontram em patamares mais baixos sabem quase nada além do preciso para executarem seus serviços, que no caso tendem a ser cíclicos e rotineiros (SINGER, 2002).

Diante disso, Borba (2007, p.25), argumenta que, “a concentração do saber na administração e a concentração da ignorância na produção são a lógica que predomina nas organizações modernas”. Desta maneira o trabalho para o sistema capitalista, deixou de reunir o saber, pois cada vez mais o produtor exerce o trabalho com menor desempenho (BORBA, 2007).

Assim, a gestão amparada pelos pressupostos da heterogestão separa a compreensão da efetividade do trabalho, isso quer dizer, que a hierarquia está implícita na organização do trabalho, um grupo se preocupa em idealizar e outro fica incumbido de realizar (CANÇADO, 2004). A heterogestão é o processo usado pela classe predominante e centralizadora, a classe capitalista. Como exemplo disso é possível citar os padrões de produção de Ford e Taylor (FARIA, 1985).

Assim, a heterogestão se pauta na rendição de indivíduos a vontades, no caso ordens e comandos dos empregadores, que existe não somente uma distinção intelectual, mais também de cargos entre patrões e subordinados. Diante disso entram em conflito a criatividade advinda da natureza humana, com a subordinação, desempenhos padronizados e mecanizados, que provocam no ser humano a repressão da criatividade, do empreendedorismo e da autonomia (FARIA, 1985).

Ao levar em conta o assunto neste tópico observado, percebe-se que ainda existe na organização do trabalho uma disposição bastante forte das pessoas aceitarem a hierarquização (heterogestão). Para a maior parte dos indivíduos esta é uma situação normal de trabalho, existe quem comanda (empregador) e quem obedece (empregado). Neste contexto cabe destacar, que quando o empregado pretende sair ou sai desta categoria, ele na maioria das vezes, o faz, de maneira autônoma ou cria iniciativas em que ele sozinho ou às vezes com alguns sócios, possa(m) ser o empregador, que copia o modelo capitalista heterogestionário (CANÇADO, 2004).

Por todos estes aspectos e devido o cenário contemporâneo do trabalho mostrar que o nível de desemprego mundial se agrava com o tempo, faz aparecer discussões e ideias sobre novas formas de organizar trabalho e produção, sob a

visão da economia solidária. A partir disso, ganha notoriedade outra forma de gestão, a autogestão defendida pelo movimento da economia solidária, que busca deliberar as relações internas de trabalho e os processos de decisões de maneira democrática entre os trabalhadores (SILVA, 2006).

2.4 ECONOMIA SOLIDÁRIA

A recente crise do trabalho assalariado acentua a diminuição dos postos de trabalho e aumenta a cada dia a exploração da mão de obra trabalhadora, bem como, a degradação ambiental. Além disso, o capitalismo predatório acelera o consumismo transformando tudo e todos em mercadorias (GOMES et al, 2007).

Ainda assim, com a vinda das máquinas, da automação e da robótica uma “legião de sobrantes” começou a nascer. Este fenômeno mostra-se comum em todo o mundo, porém acontece com maior intensidade em países em desenvolvimento, como o Brasil. Devido à modernização e aprimoramento dos meios de produção com o uso da tecnologia, o papel de alguns empregados se torna obsoleto e desnecessário, o que ocasiona um alto número de pessoas excluídas dos meios de produção (LIMA, 2008).

Além disso, o fenômeno capitalista passou a influenciar os empregos assalariados duráveis. E como consequência, as conexões sociais ficaram mais delicadas, devido a falta de garantia de direitos que os vínculos assalariados traziam. Juntamente com a carência de horizontes que esta falta de empregos traz, vem o sentimento de insegurança que passa a ser permanente por não saber o que pode acontecer e o que está por vir que é uma característica muito comum em boa parte da população (PINTO, 2006). Ainda para Singer (2000), o desenvolvimento de atividades de economia solidária marcam o início de mudanças locais, as quais modificam a relação entre os cooperados, bem como, suas famílias, suas religiões, autoridades públicas e propiciam transformações tanto individuais quanto sociais.

A essência que movimenta o capitalismo – cujo núcleo é composto pelo domínio dos elementos de produção – origina uma camada de pessoas que não possuem seus próprios meios de produção, em que a única saída é vender sua força de trabalho para o Estado ou para empregadores. É neste cenário que emerge a economia solidária, pois ao contrário do capitalismo, esta se alicerça em uma gestão coletiva dos subsídios de produção, que contesta a lógica habitual de uma

sociedade restrita sem domínio e alienada ao sistema predominante patrão e empregado (SINGER, 2005).

A economia solidária cultiva uma forma de pensar e agir distinta das outras formas de economia. A mesma desenvolve atividades e experiências de ordem produtiva, comercial, financeira e de serviços (RAZETO, 1993). Ela apóia a existência de relações econômicas sustentáveis, solidárias e mais retas (GOMES ET al, 2007). E também têm como uma de suas características a liberdade de ação, a qual procura definir uma melhor maneira de se comportar frente aos obstáculos que a população excluída se depara (LIMA, 2008).

Existem diversas formas de se alcunhar economia solidária, como por exemplo: economia do trabalho, economia popular, economia social e solidária, economia da dívida, entre outras (MELLO, 2008). Sobretudo o termo economia solidária não é muito antigo, tal qual o cooperativismo, socialismo e o associativismo. Este termo pode ser usado para nomear o trabalho de um indivíduo afastado do mercado capitalista e assalariamento formal, sendo que o mesmo se agrupa com outros trabalhadores na mesma situação para criar empreendimentos solidários (LIMA, 2008).

A ES envolve na contemporaneidade diversos setores produtivos, classes sociais das mais distintas e compreende muitas formas de organização como: empresas de pequeno e médio porte, cooperativas, associações e grupos informais de trabalho. Existem organizações de caráter solidário espalhadas por todas as regiões do país, sendo algumas no formato de empresas autogestionárias, cooperativas de crédito e de trabalho, bem como, associações de reciclagem de resíduos (GAIGER, 2004).

Deste modo, Gomes et al (2007, p.9) ainda complementam que na economia solidária:

[...] as práticas de produção, comercialização, finanças e consumo privilegiam a autogestão, a cooperação, o desenvolvimento comunitário e humano, a satisfação das necessidades humanas, a justiça social, a igualdade de gênero, raça, etnia e o acesso igualitário a informações e ao conhecimento. Busca também a preservação dos recursos naturais pelo manejo sustentável e responsabilidade com as gerações, presente e futura, construindo uma nova forma de inclusão social com a participação de todos. Os meios de produção de cada empreendimento e os bens e/ou serviços neles produzidos são de controle, gestão e propriedade coletiva dos participantes do empreendimento. (acrescentar: assim sendo, o empenho dos colaboradores para o crescimento destes empreendimentos é bastante grande) (PESSOA, 2008).

Em empreendimentos solidários todos possuem direitos e posses iguais e também em conjunto, tomam as decisões necessárias para o bom andamento do mesmo. Deste modo, a conjuntura em que o trabalhador se encontra e que vivencia em seu dia a dia, é contrária a habitualmente vivenciada em uma firma capitalista, pois toda a gestão é realizada por cada sócio, os quais participam inteiramente dos resultados obtidos, sejam eles favoráveis ou não. Por não haver hierarquia, ou seja, uma divisão de poder em empreendimentos deste tipo de economia, uma união concisa e solidária entre os membros é vital para um adequado andamento da organização (SINGER, 2005).

É importante apontar que uma das fortes características da economia solidária, é estar presente no mercado, mas não almejar a conquista do lucro máximo, demonstrada por meio da prática do preço justo em suas iniciativas. Quando um empreendimento econômico opta por deixar de maximizar os lucros em prol de uma visão social e ambiental, esta empresa é caracterizada por ser solidária em meio às trocas mercantis. Este é um dos pontos-chaves da economia solidária (LISBOA, 2005).

Quando um indivíduo passa a fazer parte de um empreendimento solidário, ele atravessa por um processo de inversão de circunstância quando deixa de ser empregado e vira associado, pois quando se é assalariado as decisões que o afetam diretamente partem de níveis superiores da organização. Porém quando se torna associado esse indivíduo passa a viver uma realidade diferente, em que agora ele pensa de maneira coletiva e precisa deliberar em união com os sócios (SINGER, 2005).

O exercício da economia solidária e seus ensinamentos propõem uma configuração distinta de idealizar e praticar a cidadania no trabalho, que configura-se como um meio de sobrevivência, através da solidariedade, da coletividade dos elementos de produção e da captação de recursos que tornem isto possível. Assim sendo, esta relação não diz respeito somente a criação de trabalho e renda, mas também promove ao trabalhador condições de participação ativa em todas as ações econômicas e produtivas do empreendimento. Assim torna-se sócio e trabalhador, como forma de negar a venda de sua força de trabalho como mero produto (BENINI, 2003).

Ainda assim, em uma ótica social e política, a proximidade social que origina estas experiências ajuda a recriar as relações, e como consequência a união

social mais ampla. Nestas iniciativas os indivíduos por terem que manter uma comunicação constante sobre as ações realizadas nestas organizações, acabam criando um ambiente propício para a aprendizagem da democracia, o que os faz perceber que estão menos subordinadas a crise e também que já podem controlar economicamente suas próprias vidas (FRANÇA; DIZIMIRA, 1999).

Neste mesmo sentido, a ES procura satisfazer necessidades humanas, de qualidade de vida, estimar a natureza e também humanizar a economia. Os efeitos destas experiências ultrapassam os resultados econômicos, porque despertam nos envolvidos a sua autoconfiança, o aprendizado da cidadania, a identificação com formas de trabalho e produção e também a importância de seus direitos (MANCINI, 2001). Ainda para Singer (2000), as iniciativas solidárias incentivam o início de mudanças locais, sendo que modificam a relação dos cooperados.

A ES por ser também um estilo diferente de vida exige dos indivíduos que nela estão inseridos, uma conduta regulada pela solidariedade mediante a sociedade. Apesar de terem sido ensinados por toda uma vida a demonstrar este tipo de sentimento, na maioria das vezes, apenas com pessoas que possuem vínculos afetivos mais estreitos como amigos e familiares (CASTANHEIRA; PEREIRA, 2008). O aprendizado da economia solidária demanda das pessoas criadas nos princípios de uma economia e um estilo de vida capitalista, uma reeducação grupal, os quais juntos vivenciem este processo de transição de pensamentos e ações competitivas à maneira cooperativa de se colocar. Esta reeducação coletiva mostra-se de fundamental importância para que a economia solidária funcione como o esperado (SINGER, 2005). Além disso, para Castanheira e Pereira (2008), o aprendizado ou a reeducação só ocorre efetivamente quando realmente é vivenciada na prática, pois é indispensável que exista reciprocidade.

Portanto, a economia solidária se coloca ao lado da economia capitalista dando resposta aos problemas gerados por esta, bem como, se delinea como uma organização econômica, autônoma em relação a presente configuração do capital. A ES na contemporaneidade já se apresenta como uma proposta de economia enraizada, focada na qualidade de vida dos indivíduos e em uma saída para a origem de riqueza (LIMA, 2008).

2.4.1 A Economia Solidária no Brasil

O Brasil vem ganhando destaque no cenário econômico solidário, pois é um dos países em que a ES mais cresce. A trajetória já percorrida neste país pela economia solidária fez com que fossem criadas características próprias brasileiras (SANTANA JÚNIOR, 2007).

No Brasil a economia solidária vem se desenvolvendo desde o fim do século passado. Em meados de 1980 como reflexo de uma sociedade civil abalada, os primeiros ensaios de um novo tipo de economia começaram a surgir devido a mudanças como o desemprego, que por consequência, contribuiu para o aumento da pobreza no país. No entanto, na década de 1990 ocorreu uma maior disseminação de organizações com princípios cooperativistas e associativistas, devido à demanda de trabalhadores na procura de uma forma diferente de assegurar a renda. Por sua vez, outro setor que começou a se engajar neste assunto foi o das universidades, que procuraram se envolver através das Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares, seguidas da Rede Unitrabalho que são um grupo de universidades que realizam debates, estudos e também atividades pautadas na economia solidária (GOMES et al, 2007).

No ano de 1991 criaram-se assistências sindicais e populares para realizarem ajudas a trabalhadores que assumiram empresas falidas ou fizeram parcerias de capital com empresas com dificuldades de mercado. Já em 1994, alguns empreendimentos autogestionários fundaram a Associação Nacional de Trabalhadores de Empresas de Autogestão e Participação Acionária (ANTEAG). Além deste, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra teve e tem até hoje grande participação na disseminação dos ideais econômicos solidários (SOUSA, 2008).

Recentemente, a economia solidária passou a ser objeto da agenda do Estado para implantação de políticas municipais, estaduais e nacionais, vislumbrando seu crescimento. O Governo Federal fundou a Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes), com a função de desenvolver e divulgar esta nova forma de economia (SOUSA, 2008). Além disso, no ano de 2000 foi criada a ADS (Agência de Desenvolvimento Solidário) pela CUT (Central Única de Trabalho) juntamente com o DIEESE (Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos) e a Unitrabalho, com a função de encontrar novas saídas para

gerar trabalho e renda juntamente com trabalhadores como forma de inserir estas pessoas na sociedade por meio iniciativas solidárias, bem como, a construção e o fortalecimento de cooperativas (LIMA, 2008).

Alguns encontros são realizados para difundir e perpetuar os fundamentos econômicos solidários para as pessoas. Alguns exemplos destes são: o Fórum Social Mundial, Plenária Brasileira de Economia Solidária e também o Encontro Brasileiro de Cultura e Socioeconomia Solidária, os quais promovem discussões a nível nacional e internacional. Estes encontros visam também promover redes de relacionamento entre grupos e pessoas que trabalham com este tipo de economia, para fortalecer o diálogo e a troca de experiências entre os participantes, aumentando seus conhecimentos e o comércio de seus produtos. Na maioria das vezes, em conjunto são realizadas feiras de produtos e artigos produzidos em empreendimentos econômicos solidários (LIMA, 2008).

As atividades e produtos relacionados aos empreendimentos solidários são múltiplos, porém os produtos que mais se destacam são os relacionados com a agropecuária, alimentos e bebidas e também uma vasta gama de produtos artesanais. Ainda assim os mesmos originam sobras econômicas de 38%, sendo que 16% dos EES não conseguem pagar nem suas despesas e 33% conseguem somente pagar seus gastos (GOMES et al, 2007).

A Tabela 2 tem por finalidade divulgar um mapeamento feito no Brasil pela Secretaria Nacional de Economia Solidária no ano de 2005, o qual aponta a existência de 14.954 empreendimentos econômicos solidários espalhados por todas as regiões do país.

Tabela 2: Empreendimentos Econômicos Solidários por Município Brasileiro.

UF	N de EES	% EES	N de Municípios	% Municípios/ Total de Municípios
RO	240	1,60%	40	75%
AC	403	2,70%	20	87%
AM	304	2%	32	51%
RR	73	0,50%	14	88%
PA	361	2,40%	51	35%
AP	103	0,70%	13	76%
TO	400	2,70%	84	60%
NORTE	1884	13%	254	56%
MA	567	3,80%	73	33%
PI	1066	7,10%	83	37%
CE	1249	8,40%	134	72%
RN	549	3,70%	77	46%
PB	446	3%	101	45%
PE	1004	6,70%	129	69%
AL	205	1,40%	48	47%
SE	367	2,50%	63	83%
BA	1096	7,30%	153	37%
NORDESTE	6549	44%	861	48%
MG	521	3,50%	101	12%
ES	259	1,70%	59	75%
RJ	723	4,80%	82	88%
SP	641	4,30%	147	23%
SUDESTE	2144	14%	389	23%
PR	527	3,50%	109	27%
SC	431	2,90%	133	45%
RS	1634	10,90%	270	54%
SUL	2592	17%	512	43%
MS	234	1,60%	25	32%
MT	543	3,60%	91	65%
GO	667	4,50%	127	51%
DF	341	2,30%	15	83%
CENTRO-OESTE	1785	12%	258	53%
TOTAL	14954	100%	2274	41%

Fonte: Atlas da Economia Solidária no Brasil, 2005 - SENAES/TEM.

Com base neste estudo e levantamento, atenta-se que existe um maior número de EES na região Nordeste, que acolhe 44% de todo o total pesquisado sendo que os 56% remanescentes se distribuem pelas demais regiões do país. O crescimento da ES, salvo a região Nordeste, mantém uma tendência semelhante. Além disso, estão associados nestes 14.954 empreendimentos mais de 1 milhão e

250 mil indivíduos, estes de caráter masculino e feminino, sendo que os homens ocupam 64% deste total, número superior aos 36% das mulheres. Porém na região Sul, a participação dos homens é de 71% nestes EES, número este superior a média nacional, todavia na região Centro-Oeste existe um comportamento diferenciado, devido o número da participação das mulheres ser maior que a média nacional de 41% (GOMES et al, 2007).

Destarte é possível constatar que a ES neste país adquiriu visibilidade e corpo, sendo que existem atividades econômicas solidárias em todas as esferas econômicas e em todas as regiões brasileiras, sobretudo também passou a contar com apoio do governo federal (SANTANA JÚNIOR, 2007).

Contudo, ainda mediante ao acima exposto teoricamente e através de indicadores, é importante entender que não é coerente colocar a economia solidária totalmente do lado oposto da economia capitalista, idealizando que este tipo de economia possa ser extinto, pois a economia solidária se caracteriza por ser uma proposta de transformação social (CASTANHEIRA; PEREIRA, 2008). Todavia, progressivamente, as empresas capitalistas começaram já a serem vistas por algumas pessoas como primitivas e inadequadas na contemporaneidade, pois agora busca-se com mais frequência empresas cidadãos – que tenham responsabilidade ambiental e com as pessoas – que procuram maximizar o bem-estar e a qualidade de vida social e o zelo pelo meio ambiente (LISBOA, 2005). O que se percebe é que a economia solidária se fortaleceu cada vez mais após as crises em que a economia capitalista sofreu (LIMA, 2008). Ainda Lima (2008, p. 65) procura finalizar dizendo que “[...] os trabalhadores encontram na economia solidária seu resgate, sua emancipação, seu trabalho e seu sustento”.

Por fim, o desapoio que sofrem os indivíduos que vivem a margem da pobreza, bem como, a classe trabalhadora desempregada resultante do capitalismo, são responsáveis por “alimentar a caldeira” do movimento econômico solidário (MEIRA, 2009). Assim sendo o que move e estimula as práticas e ações da ES é a luta por melhorar a vida de uma grande fatia da população, através de incansáveis tentativas acompanhadas de erros e acertos, os quais fazem com que esta proposta distinta de economia avance patamares de caráter organizativo e social, tendo em vista resultados positivos (SANTANA JÚNIOR, 2007).

2.5 AUTOGESTÃO

Um dos princípios mais importantes da economia solidária é a autogestão, que busca diferenciar o modo capitalista de administrar e o modo solidário de organizar um empreendimento (SINGER, 2002).

Assim sendo a trajetória da autogestão é desenhada a partir de diversas lutas de trabalhadores, geralmente como respostas a momentos de crises econômicas, que objetivou o domínio dos procedimentos e da qualidade do trabalho, por meio da coletividade dos processos produtivos, da tomada de decisão conjunta. Tais pensamentos e atitudes sempre buscaram estar embasados em fundamentos solidários (COUTINHO et al, 2005).

A autogestão pode ser entendida de duas maneiras. Primeiro, ela pode ser vista pelo lado do sistema autogestionário que abrange os princípios sociológicos da autogestão, ideologias, a política e o social. Segundo, a autogestão pode ser entendida como um processo autogerido, que influencia nas relações e nas características técnicas dos indivíduos em sua forma grupal, sobre os processos e ferramentas utilizadas pelos mesmos para a execução das atividades do EES (CAVEDON; FERRAZ, 2006).

A autogestão é definida como uma forma diferenciada de conduzir uma empresa, onde os trabalhadores da mesma controlam-na e tomam as decisões. Neste tipo de gestão, quem define as metas de produção, as políticas de investimento, os princípios de relacionamento entre as pessoas, a posição do empreendimento perante o mercado e também como serão divididos os resultados são os próprios trabalhadores, ou seja, estes são ao mesmo tempo proprietários e gestores e trabalhadores destes negócios (VIEITEZ, 1997). O poder em empreendimentos autogeridos acontece de maneira compartilhada, independente da forma de se estruturarem e do tipo de atividade realizada nos mesmos (ALBUQUERQUE, 2003).

É interessante destacar que as iniciativas e ações autogestionárias só existem por ser fruto de uma coletividade baseada na confiança e na solidariedade, sendo que quando isto se torna inexistente uma organização autogerida, está predestinada a fracassar. Pode-se acrescentar que a autogestão se fundamenta em ações grupais como: bairros, empresas e municipalidades (CASTANHEIRA; PEREIRA, 2008). Estas iniciativas são conhecidas, como: as fábricas autogeridas,

empresas recuperadas por funcionários, cooperativas populares, assentamentos rurais, associações de artesãos entre outros (FERREIRA, 2006).

Diante do exposto, para que a autogestão realmente aconteça, é necessário compreender que as decisões são tomadas coletivamente, e não centralizadas numa hierarquia superior, como ocorre com empreendimentos heterogestionários. Nos empreendimentos autogestionários o tipo de gestão autoritária não existe, pois a gestão ocorre de forma conjunta, todos independentemente da sua função participam das tomadas de decisões e se submetem as mesmas. Deste modo todos têm direitos, responsabilidades e oportunidades iguais nestes empreendimentos econômicos solidários, ou seja, na autogestão o poder é igual para todos (GOMES et al, 2007).

Além disso, a educação nestas iniciativas autogestionárias tem papel bastante expressivo, pois por ser desenvolvida e estar presente constantemente no próprio ambiente de trabalho, ela proporciona as pessoas envolvidas mudanças de condutas e, sobretudo transforma o entendimento das mesmas a respeito do mercado, dos processos de trabalho e de sua vida como trabalhador (FERREIRA, 2006).

Em empreendimentos solidários, tudo que ocorre dentro dele deve ser repassado a todos os participantes, através de espaços comuns para serem feitas discussões. No entanto só o repasse das informações não basta, é necessário que haja um estímulo ao envolvimento de todos os integrantes da organização em todos os assuntos referentes ao EES, para que desta forma sejam desenvolvidas soluções estratégias para superar oposições e respeitar a opinião de cada um. Desenvolver um equilíbrio de poder entre os participantes não é tarefa das mais fáceis e requer tempo, pois as pessoas ainda estão acostumadas com a maneira capitalista que não abre espaço para a decisão conjunta, muito presente ainda em sua forma de agir e pensar (GOMES et al, 2007).

Além disso, a autogestão precisa estar em constante desenvolvimento, pois a autonomia e a gestão coletiva precisam ser trabalhadas e conquistadas no dia-a-dia pelos participantes do empreendimento solidário. Neste caso é preciso organizar a gestão e o poder de modo que todos possam expressar seu ponto de vista, sua ideia e sua decisão. Porém no que diz respeito ao número de reuniões para que isto ocorra, não deve ser demasiado para que não prejudique as

atividades, devendo estar de consonância com o melhor funcionamento e entendimento do grupo (GOMES et al, 2007).

No entanto para Singer e Souza (2000), além da autonomia, da descentralização das ações produtivas, é preciso uma alteração legítima de poder. Trabalhadores que trabalhem com mais criatividade, que sejam capacitados para tomar decisões e que possuam uma noção dos processos produtivos necessários para a viabilização da autogestão. Porém este é um desafio muito enfrentado pelas atividades autogeridas, pois é necessário que sejam desenvolvidos indivíduos com habilidades de autodisciplina e cooperação para que a autogestão se torne realmente real.

A formação autogestionária cria um ambiente de construção de novos conhecimentos devido à grande troca de experiências de vida trazidas por cada membro participante. Por isso a constituição de um empreendimento autogerido deve viabilizar a participação grupal, pois desenvolvem conhecimentos e informações variadas devido à diversidade de gêneros, raças, idade e escolaridade dos seus membros (FERREIRA, 2006).

Apesar disso, este tipo diferenciado de gestão para os capitalistas possuidores do poder, uma sociedade autogestionária os aborrece por ser uma organização que caracteriza de maneira econômica e política de baixo para cima, dando valor as massas, ao contrário do capitalismo que vê uma organização de cima para baixo (MOTTA, 1981).

No mundo todo organizações de caráter autogestionário vem ganhando força desde a década de 1980. Na França até 1990 estimam-se que existiam aproximadamente 170 mil associações, sendo que a forma associativa é a predominante no país (MARÇON; FILHO, 2001). Já nos EUA o que se sobressai são as corporações de desenvolvimento comunitário (ANDION, 1998).

Todavia no que diz respeito ao número de empreendimentos autogeridos no Brasil, segundo Coutinho et al (2005) este número vem crescendo consideravelmente no país. Este aumento tem relação direta com as taxas crescentes de desemprego e também com as mais variadas configurações de precarização do trabalho assalariado. No entanto, estes problemas atingem a população há mais de duas décadas, então aí nasce à indagação do porque só apenas há alguns anos os empreendimentos autogestionários ganharam força. Ainda Coutinho et al (2005, p. 9) explica que isso acontece porque “[...] o tempo de

retorno dos trabalhadores ao mercado formal está muito longo e muitos deles não tem possibilidade de voltar ao mercado formal por diversos motivos como baixa escolaridade, faixa etária entre outros”.

Por fim é possível perceber que autogestão é a recusa do trabalho alienado, o trabalho tido como mercadoria. Ela busca transformar o trabalho alienado em autônomo e também promover as pessoas um livre espaço para expressarem e praticarem suas potencialidades, a fim de amenizar, quando não acabar, com as crises que o capitalismo no decorrer dos anos causou (BENINI, 2008). Além disso, também é uma das bases de sustentação da economia solidária, bem como, um elemento imprescindível para a organização e gestão das alternativas sociais e solidárias de geração de trabalho e renda (FERREIRA, 2006).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Não é aceitável que uma pesquisa científica seja feita sem que os instrumentos para o desenvolvimento de tal sejam conhecidos. Estes instrumentos são constituídos de uma vasta gama de termos e importâncias que por sua vez devem ser apontados, tais como: atividades cognitivas e processos metodológicos que precisam ser adotados, para que seja possível chegar a um resultado de cunho científico (CERVO; BERVIAN, 2002).

O vocábulo grego *methodos* vem do ajuntamento de *meta* e *hodos*, que querem dizer, “através ou ao longo do caminho”. A metodologia, logo, é o estudo ou a ciência do caminho (MAGALHÃES, 2005). A metodologia aborda uma série de processos que buscam tornar plausível o conhecimento de um determinado fato. Ela estuda métodos de investigação do pensamento certo e verdadeiro que tem em vista delimitar um problema, analisar e desenvolver ressalvas, criticá-las e interpretá-las a partir de analogias de causa e efeito. Localizar fatos que objetivem o estudo, dando aos mesmos, apoio científico para o desenvolvimento de uma monografia, dissertação de mestrado ou uma tese de doutorado (OLIVEIRA, 2002).

Os procedimentos metodológicos estão diretamente conectados a ciência (CERVO; BERVIAN, 2002). A ciência é uma configuração particular de conhecer a realidade, esta segue uma coerência racional, com um objetivo limitado, podendo ser submetido à constatação. Esta acredita na experiência como fonte de conhecimento. A ciência abrange dois principais aspectos (o compreensível e o metodológico), intrínsecos a ela. A ciência pode trazer esclarecimentos através da ampliação e progresso do conhecimento, descoberta de acontecimentos e fenômenos, melhor emprego material do conhecimento, estabelecimento de controles sobre a natureza (FERRARI, 1982). A ciência demanda a uso da intuição, do empirismo e da razão, estas não podem ser usadas separadamente. O principal papel da ciência é aperfeiçoar o conhecimento, cuja possibilidade de troca de conceitos anteriores por próximos (JUNG, 2004).

As ciências na condição em que se encontram no mundo contemporâneo são consequências de eventuais tentativas e pesquisas cada vez mais sistemáticas e científicas nas fases póstumas. O que levou a ciência chegar à condição em que se evoluiu, foram às essências de técnicas de ordem prática, seus fatos baseados em experiências e leis, que desenvolvem a continuidade, que foi sendo aprimorada

e ampliada ao longo dos anos. A ciência adquiriu na idade moderna o caráter científico que se tem. Contudo, desde o começo da humanidade já eram esboçados os primeiros traços de conhecimento e técnicas que constituiriam a porvindoura ciência (CERVO; BERVIAN, 2002).

Ainda na ciência é realizado o conhecimento científico, este tem por fim responder questões, resolver problemas, desenvolver de maneira mais ativa os processos para responder questões e solucionar problemas, os quais são obtidos por meio da pesquisa (FERRARI, 1982). O conhecimento científico se especifica através de teorias, portanto busca ter uma visão geral de qualquer natureza, que possa ser confirmada de alguma maneira, seja ela direta ou indiretamente. Não existe conhecimento científico incondicional, evita ambiguidade para que não ocorram equívocos (MAGALHÃES, 2005).

Ainda assim, Köche (1997, p.43) diz que:

Gradativamente, o conhecimento toma conta das decisões e ações do homem, tal ponto que, no fim do segundo e início do terceiro milênio, vivemos na chamada sociedade do conhecimento. A riqueza e a força bélica, outrora considerados elementos chaves e fontes do poder, hoje cedem seu lugar para o conhecimento. Quem tem conhecimento tem poder, a força e a riqueza, e o domínio sobre a natureza e sobre os outros homens.

Outrossim, na ciência há a necessidade de ser usada uma ferramenta para a obtenção do conhecimento, que se chama Método Científico (JUNG, 2004). O método propicia a identificação da forma pela qual serão alcançados determinados resultados ou objetivos, portanto o método é uma maneira de pensar para se atingir um determinado problema, tanto para estudá-lo quanto para explicá-lo (OLIVEIRA, 2002). Desse modo, o método científico busca encontrar a realidade dos fatos, e estes quando encontrados devem nortear o uso do método (CERVO; BERVIAN, 2002).

O método científico possui um conjunto de ações, como por exemplo, a observação e coleta de todas as informações possíveis, a hipótese que busca esclarecer temporariamente todas as observações, a experimentação, a inferência da lei que mune o resultado e a explicação do trabalho de verificação e a teoria que trata o assunto de forma mais ampla (CERVO; BERVIAN, 2002).

Por fim, o método deve ser objetivo e ordenado, para que seus frutos possam ser reproduzidos e confirmados. Um trabalho científico que não segue um padrão de passos, sistematicamente dispostos, torna-se passível de questionamentos devido à impossibilidade de determinar o grau de credibilidade

deste, o que inviabiliza a confiança e a aceitação dos resultados e princípios encontrados pelo autor (JUNG, 2004).

3.1 TIPOS DE PESQUISA

A pesquisa é a procura por uma resposta expressiva a uma indagação (BARROS, 1986). Além disso, a pesquisa é solicitada mediante a falta de informações ou também quando as informações já existentes se encontram em estado de confusão, as quais não se encaixam ao problema a ser respondido. Ao longo do tempo em que a pesquisa é feita, ela passa por uma série de processos e fases até por fim, serem apresentados os resultados da mesma (GIL, 2002).

Como base no objeto de estudo e também com a finalidade de se obter dados, neste estudo os tipos de pesquisa utilizados para tal, foram a pesquisa bibliográfica, documental e exploratória.

3.1.1 Pesquisa Bibliográfica

A pesquisa bibliográfica busca conhecer as várias configurações das contribuições já existentes sobre algum assunto ou acontecimento (OLIVEIRA, 2002). Este tipo de pesquisa é desenvolvido através de materiais já existentes, e constitui-se em sua maioria por livros e artigos científicos (GIL, 2002). Alguns autores caracterizam a pesquisa bibliográfica como sendo uma pesquisa que segue etapas como: leitura, seleção, fichamento e arquivamento de tópicos que sejam de interesse para a pesquisa (BARROS; LEHFELD, 1986).

Além disso, a pesquisa bibliográfica permite ao pesquisador ter acesso a uma gama muito maior de informações que o mesmo sozinho talvez não conseguisse obter por si só, isso acontece principalmente quando o problema da pesquisa demanda elementos muitas vezes espalhados pelo espaço (GIL, 2002). Ainda assim, geralmente o levantamento das informações em bibliografias é efetivado em bibliotecas, instituições de ensino superior e em bibliotecas virtuais (OLIVEIRA, 2002).

Este tipo de pesquisa é muito usado para resumir e fundamentar um assunto, se tornando na maioria das vezes um dos primeiros tópicos a serem feitos

em uma pesquisa científica (CERVO; BERVIAN, 2002). Também para Oliveira (2002), a pesquisa bibliográfica acaba se tornando um hábito para pesquisadores e profissionais, pois procuram utilizá-la como uma maneira de se manterem atualizados sempre.

Sendo assim, a utilização da pesquisa bibliográfica no presente estudo, buscou proporcionar uma melhor inserção da pesquisadora nos tópicos que permeiam o tema do estudo em questão, através de artigos científicos, teses, dissertações e livros publicados de qualidade.

3.1.2 Pesquisa Documental

A pesquisa documental possui semelhanças com a pesquisa bibliográfica, porém elas se diferenciam na natureza de suas fontes. Enquanto uma pesquisa bibliográfica se vale de fontes como livros e artigos científicos, a pesquisa documental vale-se de materiais que ainda podem ser reelaborados conforme a pesquisa e que também não foram ainda avaliados (GIL, 2002).

Este tipo de pesquisa se constitui pela utilização de documentos como fonte para a obtenção de dados e informações. Nas ciências, muitas são as formas de se aplicarem este tipo de estudo (MARTINS, 2009). O mesmo tem como objetivo o recolhimento, o exame e a interpretação dos documentos que serão utilizados como material pelo pesquisador (BARROS; LEHFELD, 1986).

Além disso, a pesquisa documental apresenta vantagens como: 1) baixo custo, pois exige do pesquisador na maioria das vezes apenas tempo e capacidade do mesmo; 2) não requer o contato direto com os sujeitos da pesquisa; 3) os documentos apresentam fontes com uma gama muito grande de dados (GIL, 2002).

Portanto a pesquisa documental será empregada no estudo em questão, pois as fontes para a elaboração deste estudo serão do tipo documental: artigos científicos, teses e dissertações.

3.1.3 Pesquisa de Exploratória

A pesquisa exploratória tem por desígnio desvendar teorias e práticas que transformarão as que já existem. A mesma demanda testes com o objetivo de colher informações que serão utilizados como base para a construção de modelos novos e explicativos (JUNG, 2004).

Além disso, ela procura proporcionar maior intimidade com o problema da pesquisa, para através disso serem formuladas teorias e também tornar o problema mais aparente. O plano da pesquisa exploratória permite que sejam considerados diversos aspectos em relação ao objeto estudado (GIL, 2002).

Deste modo, este estudo se caracterizou também por uma pesquisa exploratória, uma vez que buscou descrever o perfil dos empreendimentos solidários pesquisados, conhecer os motivos para a criação dos empreendimentos solidários pesquisados e descrever os pontos favoráveis e não favoráveis no processo de organização dos empreendimentos solidários analisados.

3.2 ABORDAGEM DA PESQUISA

Os tipos de abordagem de pesquisa existentes são: quantitativa, qualitativa e quantitativa e qualitativa juntas. No entanto, no presente estudo os tipos de abordagem de pesquisa utilizados serão: quantitativa e qualitativa.

Os modelos quantitativos e a qualitativos se diferem pela sistemática de ambas, bem como pela maneira de atingir o objeto que esta sendo pesquisado, a fim de se ajustar ao tipo de estudo que se pretende desenvolver (OLIVEIRA, 2002).

A pesquisa quantitativa pretende através de números evidenciar diferenças, proporcionalidades ou desproporcionalidades entre os objetos estudados (JUNG, 2004). Este tipo de pesquisa visa quantificar e transformar informações, opiniões, e dados em números, através de técnicas estatísticas como: percentagem, média, desvio padrão etc (OLIVEIRA, 2002).

Entretanto o modelo qualitativo, seu objetivo não é quantificar ou medir, seu objetivo geral não é transformar as informações e dados em números, pois lida geralmente com situações mais complicadas e de cunho particular (OLIVEIRA,

2002). A pesquisa do gênero qualitativo permite que o pesquisador por meio de sua interferência, pondere a existência de fatos variados (JUNG, 2004).

Com base no acima apresentado, este estudo utilizou as duas abordagens de pesquisa, pois ele buscou quantificar um número de artigos científicos, teses e dissertações para serem utilizados como objetos de estudo, e por fim, por meio de uma abordagem qualitativa os mesmo serem analisados pela pesquisadora.

3.3 POPULAÇÃO E AMOSTRA

A população é conceituada como um grupo de elementos que apresentam as mesmas características marcantes para uma pesquisa (BARROS; LEHFELD, 1986), ela também depende do assunto que será pesquisado (MARCONI; LAKATOS, 2008). Porém a amostra é um subconjunto do universo (BARROS; LEHFELD, 1986).

Ainda assim, a amostra visa fragmentar uma população, pois nem sempre é provável que se consiga ser feita uma pesquisa com a amostra de uma população inteira, devido a fatores econômicos, de tempo e a aplicação de técnicas estatísticas (MARTINS, 2009). Sendo assim, amostra é uma parcela selecionada do universo pra um estudo (LAKATOS; MARCONI, 2001). A amostra deve ser representada para ser analisada, pois esta se torna de extrema importância para a os resultados serem legitimados (JUNG, 2004).

Uma amostra pode ser dividida em amostra probabilística e amostra não probabilística. A amostra probabilística diz que a população (universo) em estudo tem probabilidade notória, díspar de zero, e que façam parte da amostra (JUNG, 2004). Porém a amostra pode ser não probabilística, o que quer dizer que ela não está sujeita a probabilidade e sim a agentes que caracterizam a pesquisa ou igualmente quem preparou a amostra (SAMPIERI; COLLADO; LÚCIO, 2006).

As amostras não probabilísticas podem ser subdivididas em: acidental, intencional e por quotas. A amostra intencional se caracteriza por ser um tipo de amostra em que através de um critério já pré-estabelecido é selecionado de maneira intencional um número de elementos, dados ou informações que irão fazer parte da amostra (MARTINS, 2009).

Assim sendo, neste estudo foi utilizada uma amostra não probabilística do tipo intencional, pois foram selecionados artigos científicos, que foram separados por

palavras-chave (cooperativismo, economia solidária e autogestão), revistas eletrônicas de acordo com o ano de publicação.

Ainda assim, foram quantificadas em tabelas teses e dissertações elegidas por palavras-chaves (autogestão, cooperativismo e economia solidária), que por sua vez, foram separadas por universidade e ano.

Tabela 3: Número de artigos selecionados por periódico de circulação nacional e palavras-chave (cooperativismo, economia solidária e autogestão) entre os anos de 1999 e 2009.

Revistas	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	Total	%
RAC						1	1			2		4	24%
G&DR										1	1	2	12%
ERA					1		1					2	12%
O&S								1			2	3	18%
UniRcoop					1							1	6%
REGES											1	1	6%
Psicologia em estudo										1		1	6%
RDE			1									1	6%
Revista Katálysis										1		1	6%
P&S								1				1	6%
Total	0	0	1	0	2	0	1	2	0	3	4	17	100%

Fonte: Dados da pesquisa.

Nota: O&S - Revista Organizações e Sociedade; RAC – Revista de Administração Contemporânea; RAE – Revista de Administração de Empresas; REGES - Revista Eletrônica de Gestão; G&DR - Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional; UNIRCOOP - Revista da Universidade das Américas para Estudos Cooperativos e Associativos; Revista Katalysis; RDE – Revista de Desenvolvimento Econômico; P&S – Psicologia & Sociedade; Psicologia em Estudo.

Tabela 4: Número de teses e dissertações selecionadas por ano, universidade e palavras-chave (cooperativismo, economia solidária e autogestão) entre os anos de 1999 e 2000.

Universidades	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	Total	%
UFSC									1	1		2	4%
UFRGS			1	1			1	2	1			6	13%
FGV			1	1						1	1	4	9%
USP							2	2	1			5	11%
UFPE					1	1	1					3	7%
FURB										1		1	2%
UNISINOS						1						1	2%
UNIOESTE							1					1	2%
UFV								1				1	2%
UFRRJ								1				1	2%
UNICAMP								1	1			2	4%
UDESC									1			1	2%
UFBA								1		1		2	4%
PUC									2		1	3	7%
MAKENZIE									1			1	2%

Continuação...

...Continuação

UNIVALI									1	1		2	4%
UFMG							1					1	2%
UNESP										1		1	2%
UFSM									1			1	2%
UNIFOR										1	1	2	4%
FNH										1		1	2%
UFMT										1		1	2%
UFRN										1		1	2%
UTFPR											1	1	2%
UFU							1					1	2%
Total	0	0	2	2	1	2	7	8	10	10	4	46	100%

Fonte: Dados da pesquisa.

Nota: UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina; UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul; FGV – Fundação Getúlio Vargas; USP – Universidade de São Paulo; UFPE - Universidade Federal de Pernambuco; FURB – Universidade Regional de Blumenau; UNISINOS – Universidade do Vale do Rio dos Sinos; UFV – Universidade Federal de Viçosa; UFRRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro; UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas; UDESC – Universidade do Estado de Santa Catarina; PUC – Pontifícia Universidade Católica; MAKENZIE – Universidade Presbiteriana Makenzie; UNIVALI – Universidade do Vale do Itajaí; UNESP – Universidade Estadual Paulista; UFU – Universidade Federal de Uberlândia, UFBA – Universidade Federal da Bahia; UNIOESTE – Universidade Estadual do Oeste do Paraná; UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais; UFSM – Universidade Federal de Santa Maria; UNIFOR – Universidade de Fortaleza; FNH – Faculdade Novos Horizontes; UFMT – Universidade Federal de Mato Grosso; UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte; UTFPR – Universidade Tecnológica Federal do Paraná.

Porém para este estudo foram utilizados apenas os artigos que possuíam estudos de caso como mostra abaixo a Tabela 5:

Tabela 5: Número de artigos que possuem estudos de casos utilizados para o estudo

Revistas	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	Total	%
G&DR										1		1	17%
REGES			1									1	17%
Psicologia em Estudo										1		1	17%
Revista Katálysis										1		1	17%
P&S								1			1	2	33%
Total												6	100%

Fonte: Dados a pesquisa.

Nota: O&S - Revista Organizações e Sociedade; RAC – Revista de Administração Contemporânea; RAE – Revista de Administração de Empresas; REGES - Revista Eletrônica de Gestão; G&DR - Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional; UNIRCOOP - Revista da Universidade das Américas para Estudos Cooperativos e Associativos; Revista Katalysis; RDE – Revista de Desenvolvimento Econômico; P&S – Psicologia & Sociedade; Psicologia em Estudo.

Ainda assim no presente estudo foram utilizadas apenas teses e dissertações com a presença de um, dois ou três estudos de caso que os mesmos buscassem responder os objetivos específicos deste estudo como destaca abaixo a Tabela 6:

Tabela 6: Número de teses e dissertações que possuem estudos de casos que respondem os objetivos específicos deste estudo.

Universidades	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	Total	%
UNITAU							1					1	8%
UFMG							1					1	8%
USP									1			1	8%
MAKENZIE									1			1	8%
PUC									1			1	8%
UNIVALI									1			1	8%
UFV									1			1	8%
UFSC										1		1	8%
FURB										1		1	8%
UFBA						1						1	8%
UFPE						1						1	8%
UFRGS				1								1	8%
Total	0	0	0	1	0	2	2	0	5	2	0	12	100%

Fonte: Dados da pesquisa.

Nota: UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina; UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul; USP – Universidade de São Paulo; UFPE - Universidade Federal de Pernambuco; FURB – Universidade Regional de Blumenau; UFV – Universidade Federal de Viçosa; PUC – Pontifícia Universidade Católica; MAKENZIE – Universidade Presbiteriana Makenzie; UNIVALI – Universidade do Vale do Itajaí; UFBA – Universidade Federal da Bahia; UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais, UNITAU – Universidade de Taubaté.

3.4 TÉCNICA DE COLETA DE DADOS

Esta é a parte da pesquisa na qual se inicia o emprego das técnicas e dos instrumentos organizados, com o objetivo de realizar a coleta dos dados antevistos. Esta é uma etapa bastante trabalhosa, que exige do pesquisador tempo, e ainda um cuidado bastante grande com o registro dos dados (LAKATOS, 2001).

Ainda assim, se faz necessário um entendimento dos afazeres administrativos e organizacionais com os científicos, cumprindo-se os prazos e os orçamentos. Importante também se torna nesta etapa, serem aplicados de forma acertada os instrumentos de pesquisa, para que sejam descartados erros e defeitos (OLIVEIRA, 2002).

Os procedimentos para a coleta de dados ser constituída são diversos. Estes se alteram tendo em vista as situações ou também com as formas de investigação. De um modo geral as técnicas de coleta de dados são: 1) documental; 2) observação; 3) entrevista; 4) questionário; 5) formulário; 6) medidas de opiniões e atitudes; 7) técnicas mercadológicas; 8) testes; 9) sociometria; 10) análise de conteúdo; 11) história de vida (LAKATOS, 2001).

Contudo, foi utilizado no presente estudo a técnica documental de coleta de dados. Pois através desta técnica, foram coletados em documentos, dados e informações para auxiliar um maior entendimento dos elementos pesquisados e ainda confirmando evidências encontradas por outros instrumentos e fontes utilizados, afirmando a confiabilidade das informações.

3.5 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

Depois de manipulados, estudados os elementos e as informações e alcançado os resultados, a próxima etapa a ser seguida é a análise e interpretação de dados, sendo esta, a etapa principal da pesquisa, ou seja, o objetivo central do estudo. Sendo assim, a essência dos dados a serem pesquisados é o fato de os mesmos servirem para obtenção de respostas para a pesquisa (MARCONI, LAKATOS, 2008).

Deste modo, a análise dos dados procura seguir alguns procedimentos, sendo estes: codificação das respostas, tabulação dos dados e cálculos estatísticos (GIL, 2007). A análise busca confirmar as relações entre o objeto estudado e os fatores existentes entre eles (MARCONI; LAKATOS, 2008).

Logo a interpretação dos dados, procura construir conexões entre as respostas alcançadas com outras respostas já conhecidas, advindas ou não de teorias, vindas ou não de pesquisas realizadas antes (GIL, 2002).

Contudo, os resultados da pesquisa em questão foram fundamentados com a revisão teórica realizada, procurando assim, compreender como ocorreu a organização de empreendimentos solidários dentro dos pressupostos da autogestão entre os anos de 1999 a 2009. Sendo assim, a partir da compreensão dos resultados em cada artigo, tese e dissertação que compôs a amostra do presente estudo, obteve-se a compreensão de como os empreendimentos solidários se organizaram num período de 10 anos.

4 EXPERIÊNCIA DA PESQUISA

O presente estudo objetiva analisar através de estudos empíricos entre os anos de 1999 a 2009, como os empreendimentos solidários se organizaram dentro dos pressupostos da autogestão. Segundo Vieitez (1997) a autogestão pauta-se em uma maneira distinta de gerir empreendimentos, na qual os trabalhadores são responsáveis pelo controle e administração conjunta do mesmo. Nestes empreendimentos os membros são donos, gestores e empregados do negócio.

No que se refere aos empreendimentos solidários, este estudo se concentra em estudos de casos empíricos que contemplem atividades que estejam fundamentadas nos pressupostos da economia solidária, que segundo Singer e Souza (2000), tratam-se de empreendimentos que possuem seus próprios princípios e societários cooperados, em categorias igualitárias. Singer (2004) contribui ainda descrevendo a economia solidária como sendo uma forma de economia que ao contrário do capitalismo, consegue unir em um empreendimento capital e trabalho. Isso proporciona ao cooperado, no caso da economia solidária, participação ativa no dia-a-dia da organização executando sua responsabilidade coletivamente sem ficar alheio ao que acontece na mesma.

Vale mencionar que se utilizou como objetos de análise os artigos indexados em revistas científicas disponíveis nas bases de dados eletrônicas classificadas pela CAPES como QUALIS, cujas áreas de seleção foram: administração, ciências contábeis e turismo. Além de teses e dissertações publicadas nas bases de dados das universidades brasileiras.

Para detalhar melhor os resultados desta pesquisa, organizou-se os dados em categorias de análise a partir da própria organização dos empreendimentos solidários mencionados em cada caso, quais sejam: perfil dos empreendimentos, motivos para a criação dos empreendimentos, resultados positivos na forma de organização dos empreendimentos e resultados negativos na forma de organização dos empreendimentos.

a) Perfil:

Os empreendimentos analisados tiveram 100% de predominância em cooperativas dos mais diversos segmentos, como é possível constatar na Figura 1.

Segundo Galerani (2003) as cooperativas possuem uma caracterização baseada na cooperação e objetivam adicionar valor a produção realizada por seus cooperados. O referido Autor ainda colabora descrevendo as cooperativas como sendo possuidoras de mandamentos, leis e estruturas organizacionais horizontais fundamentadas em princípios próprios. De acordo com Vieira e Ricci (2005), as cooperativas são as iniciativas mais adequadas e indicadas para suprir interesses e necessidades particulares dos trabalhadores, pelo fato de serem organizações mais justas e democráticas. Caracteriza-se, portanto como maneira diferenciada de pensar, executar o trabalho e lidar com a economia. Dados disponibilizados pela OCB mostram que no ano de 2009 o número de associados em cooperativas cresceu 4,62% em relação ao ano de 2008, no entanto o número de cooperativas registradas caiu 5,48%.

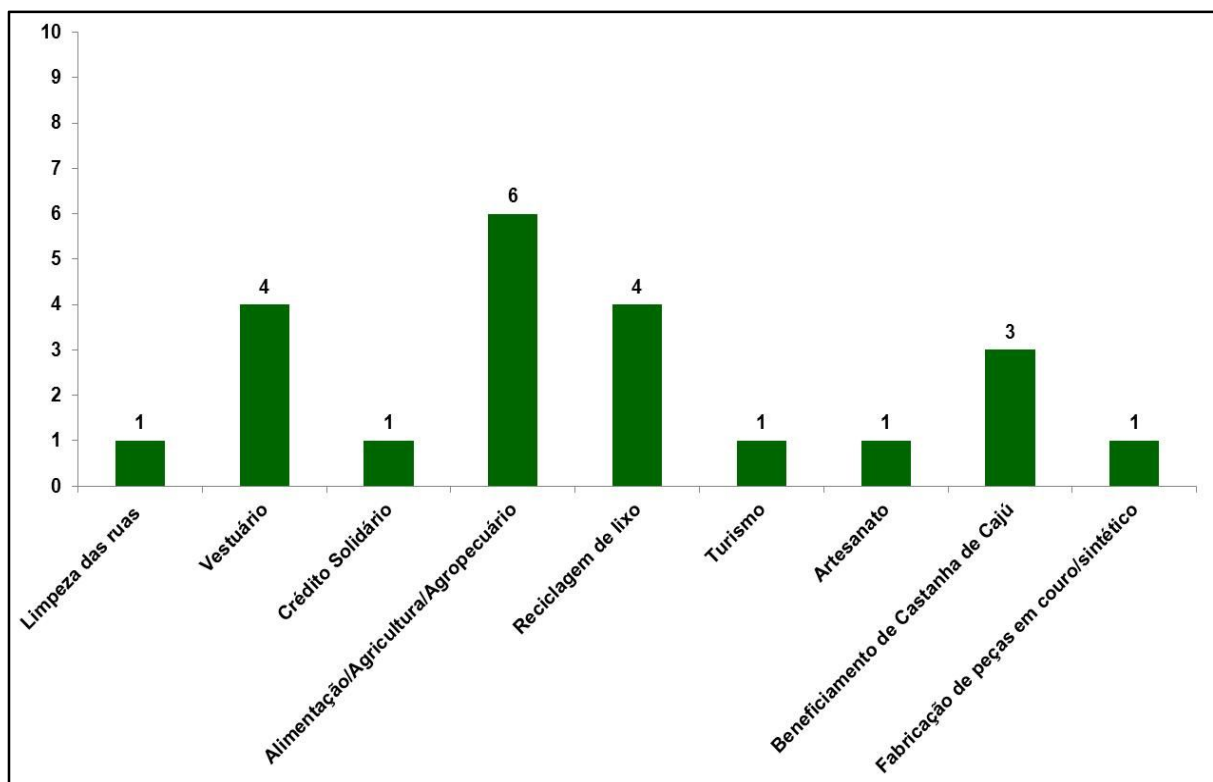


Figura 1: Segmento de Atuação dos Empreendimentos Pesquisados.

Fonte: Dal Magro e Coutinho (2008); Barfknecht; Merlo e Nardi (2006); Gonçalves (2008); Nunes (2001); Ignácio e Souza (2008); Marchall (2009); Teixeira (2007); Cançado (2004); Freitas (2002); Felski (2008); Andriola (2008); Coelho (2007); Debiazi (2008); Cabral (2004); Sícoli (2007); Halicki (2007); Bertucci (2005).

Observa-se na Figura 1 que os segmentos que apresentaram maior destaque foram alimentação/agricultura/agropecuário, vestuário, reciclagem de lixo e beneficiamento de castanha de caju.

Pode-se verificar que estes segmentos possuem uma característica bem específica de mão de obra que não requer um alto nível de escolaridade. O que confirma este argumento são os estudos de Oliveira (2005) e Cabral (2004) que nas pesquisas realizadas nas cooperativas, constataram que a grande maioria dos cooperados possui um nível de escolaridade muito baixos, concentrando nos grupos membros de nível fundamental incompleto e analfabetos, tendência esta que segue presente na maioria dos estudos de casos utilizados neste estudo.

Por conseguinte, os públicos alvos que tiveram predominância nos estudos de acordo com a Figura 2 foram os homens e mulheres desempregadas, agricultores, catadores de lixo e famílias. Segundo Leite (2009), com a crise do trabalho assalariado detectada a partir de 1980 no Brasil, um grande número de pessoas que perderam seus empregos e que não conseguiram se reintegrar no mercado de trabalho, bem como, os indivíduos que sempre viveram a margem da informalidade e da pobreza, encontrou nas cooperativas uma forma de garantir sua renda. De acordo com Cavedon e Ferraz (2006), os empreendimentos de caráter econômico solidários vêm apresentando para as pessoas que não encontraram seu espaço no molde econômico capitalista, uma nova alternativa de auto sustentação.

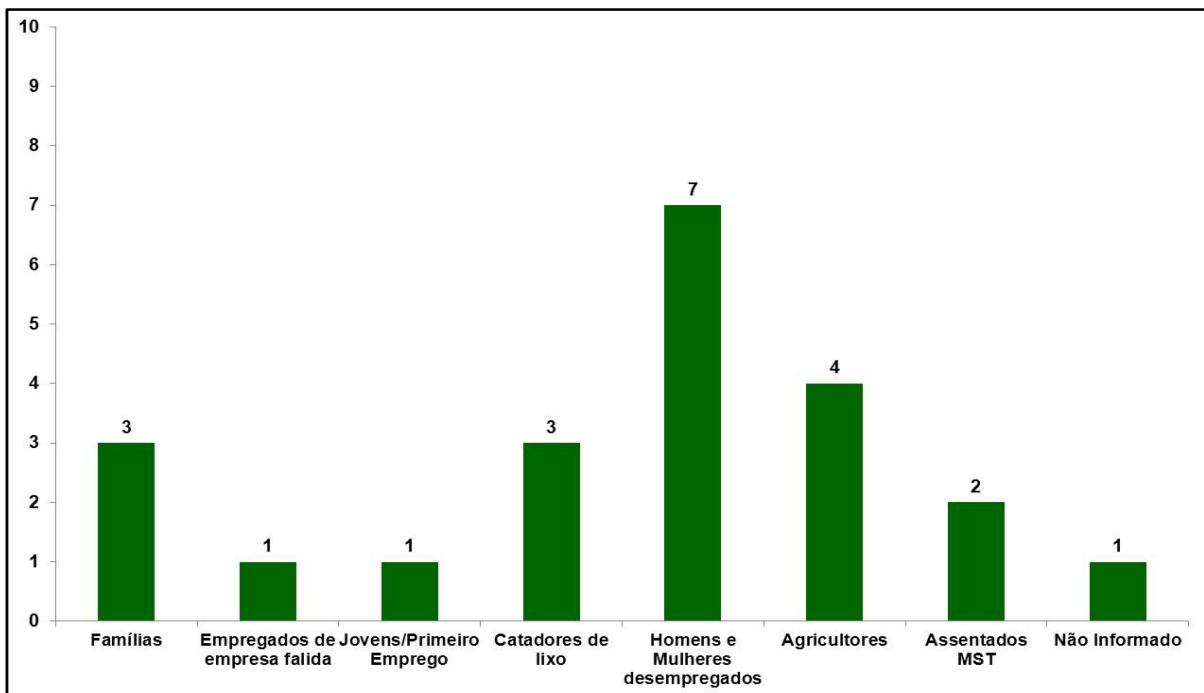


Figura 2: Público Alvo dos Empreendimentos Pesquisados.

Fonte: Dal Magro e Coutinho (2008); Barfknecht; Merlo e Nardi (2006); Gonçalves (2008); Nunes (2001); Ignácio e Souza (2008); Marchall (2009); Teixeira (2007); Cançado (2004); Freitas (2002); Felski (2008); Andriola (2008); Coelho (2007); Debiazi (2008); Cabral (2004); Sícoli (2007); Halicki (2007); Bertucci (2005).

Em relação ao número de sócios cooperados dos empreendimentos examinados, é possível encontrar um maior número de membros nas cooperativas de assentados do MST, de trabalho agrícola e agropecuário, pelo fato de a grande maioria destas cooperativas abrangerem cooperados por famílias, bem como, por regiões e até mesmo de outros estados e países. Já no que diz respeito às cooperativas que contam com uma participação menor de sócios procuram atingir comunidades, bairros e também grupos específicos como costureiras, catadores de lixo e artesãos. Porém, segundo a OCB (2008), o ramo do cooperativismo que possuem mais cooperativas no Brasil é o cooperativismo de trabalho com 1.746 cooperativas inscritas, seguido pelo ramo agropecuário com 1.611 cooperativas. Já no que diz respeito ao número de associados no ramo de crédito, se destaca com 3.215.866 associados e em seguida o ramo de consumo com 2.316.036 associados.

Ainda considerando o perfil dos empreendimentos observados neste estudo, no que diz respeito à classificação dos participantes de cada iniciativa, existe uma predominância das cooperativas formadas por homens e mulheres conjuntamente, porém os empreendimentos com uma formação de ascendência feminina e também constituída apenas de mulheres também se destacam. Conforme Gomes et al (2007), é possível ver este fato ocorrendo com mais frequência na região Centro-Oeste do Brasil, em que a participação de mulheres em empreendimentos econômicos solidários é de (41%), dado este que ultrapassa a média brasileira de(36%) em relação aos (64%) de homens.

Quanto à origem das iniciativas cooperativas, alguns destes empreendimentos surgiram da iniciativa dos próprios cooperados e outras dos cooperados com ajuda de algum agente externo como: prefeitura, incubadora de cooperativas populares, pastoral e pesquisadores. Sobre a origem das iniciativas Teixeira (2007) avalia que quando uma iniciativa deste caráter não é originada dos próprios cooperados é possível que exista uma maior presença de tensões e problemas. Isto ocorre devido ao fato de que inicialmente as tomadas de decisões são influenciadas por estes agentes e quando estes se afastam, acaba por se formar um vazio que os cooperados tentam completar com outras relações de autonomia, o que muitas vezes acarreta conflitos devido às mudanças provocadas.

No que diz respeito ao ano de fundação das iniciativas, dentre as que informaram este dado, oito delas iniciaram na década de 1990 e 11 á partir do ano 2000. Porém como já mencionado na fundamentação teórica desta pesquisa,

Gomes et al (2007) mostra que segundo um mapeamento feito em todas as regiões do Brasil pela Secretaria Nacional de Economia Solidária no ano de 2005, a maioria dos empreendimentos que se caracterizam como econômicos solidários tiveram início nos anos 1990, com um desenvolvimento no século presente. De acordo com a Unircoop (2003), enquanto o número de cooperativas registradas em 1990 eram de 4.666, em 2001 eram de 20.579, revelando um crescimento de 331% em apenas 10 anos.

Quanto às regiões em que estão localizadas as cooperativas estudadas, oito delas estão fixadas no Nordeste brasileiro, seis delas no Sul, cinco no Sudeste e duas no Centro-Oeste. De acordo com dados da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), até o ano de 2008 a região que abrange um maior número de cooperativas é a Sudeste com 37%, seguida pela região Nordeste com 25%, que, por conseguinte 19% das cooperativas de todo o Brasil são da região Sul, 10% da região Norte e finalmente 9% da Centro-Oeste.

O acima comentado e analisado se encontra no Quadro 1, onde o perfil de cada cooperativa está devidamente organizado para propiciar um melhor entendimento.

Autores	Segmento	Público Alvo	Nª Participantes	Classificação Participantes	Origem da Iniciativa	Ano de Fund.	Município/Região
Nunes (2001)	Alimentação e Agricultura	Famílias do bairro Vila Verde	10 Famílias	Mulheres	Do pesquisador juntamente com a comunidade	2001	Salvador/ Bahia
Freitas (2002)	Agricultura	Famílias de agricultores	35 famílias e 6 engenheiros agrônomos	Homens e Mulheres	Organização não-governamental e as famílias de agricultores	2000	Santa Cruz do Sul/Rio Grande do Sul
Cabral (2004)	Vestuário	Empregados da empresa falida Cobertores Parahyba	Não informado	Não informado	Dos empregados da empresa falida	1998	Moreno/Pernambuco
Cançado (2004)	Turismo	Jovens começando sua vida no mercado de trabalho	26	Não informado	Incubadora juntamente com os jovens da comunidade	2004	Salvador/Bahia
Bertucci (2005)	Reciclagem de lixo	Catadores de lixo	21	Homens e Mulheres	Prefeitura	2003	Barreiro/Minas Gerais
Bertucci (2005)	Vestuário	Mulheres mães	17	Mulheres	Uma costureira	1999	Belo Horizonte/Minas Gerais
Bertucci (2005)	Fabricação de peças em couro e material sintético	Não informado	7	Não informado	Da Prefeitura e outros agentes externos	2003	Belo Horizonte/Minas Gerais
Barfknecht; Merlo e Nardi (2006)	Vestuário	Mulheres costureiras desempregadas	22	Mulheres e Homens	35 costureiras a procura de trabalho e renda	1995	Porto Alegre
Coelho (2007)	Reciclagem de lixo	Catadores de lixo	20	Predomínio de mulheres sobre homens	Prefeitura Municipal e a comunidade local	1999	Americana/SP
Halicki (2007)	Agropecuária	Agricultores	7699	Homens e Mulheres	Não informado	1969	Paraná/Santa Catarina/Mato Grosso do Sul/Mato Grosso/Paraguai
Sícoli (2007)	Reciclagem de lixo	Catadores de lixo	38	Homens e Mulheres	Não informado	1997	Embu/São Paulo
Teixeira (2007)	Reciclagem de lixo	Indivíduos desempregados	Não informado	Predomínio de mulheres sobre homens	De pessoas externas que idealizaram o projeto e depois chamaram os moradores para fundar a cooperativa	1998	Goiânia/Goiás

Continuação...

Continuação...

Autores	Segmento	Público Alvo	Nª Participantes	Classificação Participantes	Origem da Iniciativa	Ano de Fund.	Município/Região
Andriola (2008)	Beneficiamento de Castanha de Cajú	Indivíduos desempregados	Não informado	Maioria mulheres	Não informado	1998	Rio Grande do Norte
Andriola (2008)	Beneficiamento de Castanha de Cajú	Indivíduos desempregados	Não informado	Homens e Mulheres	Não informado	2006	Rio Grande do Norte
Andriola (2008)	Beneficiamento de Castanha de Cajú	Indivíduos desempregados	Não informado	Homens e Mulheres	Não informado	2005	Rio Grande do Norte
Dal Magro e Coutinho (2008)	Limpeza das ruas	Famílias atendidas por projetos sociais do município	109	Homens e mulheres	Prefeitura e técnicos do Programa de incubadora de cooperativas populares – ITCP da prefeitura	2003	Oeste Catarinense
Debiazi (2008)	Agropecuária e agricultura	Assentados do MST	120	Homens e Mulheres	Não informado	1990	Dionísio Cerqueira/Santa Catarina
Felski (2008)	Artesanato	Famílias de artesãos	21	Homens e Mulheres	Atuantes externos e artesões	2005	Rio dos Cedros/Santa Catarina
Gonçalves (2008)	Vestuário	Maioria são mulheres	21	Mulheres	Das costureiras e com a ajuda da Pastoral e dos Padres da Igreja Católica.	2000	Ceará
Gonçalves (2008)	Crédito Solidário	Chefes de família e líderes de assentamentos de reforma agrária	95	Homens	Assentados da reforma agrária	2003	Jaguaretama/Ceará
Ignácio e Souza (2008)	Agricultura	Agricultores familiares	38	Homens e Mulheres	Das próprias famílias de agricultores	Não informado	Itapuranga/ Goiás
Marchall (2009)	Agropecuário	Pequenos agricultores	Não informado	Homens e Mulheres	Não informado	Não informado	Extremo Oeste Paranaense

Quadro 1: Perfil dos Empreendimentos Pesquisados.**Fonte:** Elaborado pela pesquisadora a partir das publicações estudadas.

b) Motivos para a Criação do Empreendimento e Ingresso dos Cooperados:

Por meio de uma análise dos estudos de caso presentes nos artigos e dissertações utilizados para este estudo, foi possível encontrar alguns motivos que se mostraram determinantes para a criação e ingresso dos sócios nas cooperativas analisadas. Dentre todos os motivos apontados pelos membros das cooperativas para a criação das mesmas, bem como, sendo também as razões que os levaram a ingressar nelas, o desemprego, a falta de oportunidade de trabalho e a busca por renda apareceram com grande frequência.

A constância da citação destes motivos se deve as dificuldades que o público alvo destes empreendimentos enfrenta. Estas dificuldades são um legado na maioria das vezes deixado pela população já atingida pela pobreza e também pela classe média, sendo que ambas sofreram consequências com a crise da indústria em 1980.

Segundo Teixeira (2007), uma grande parcela da população brasileira viveu os anos de 1980 na miséria, buscando renda através de “bicos” e também trabalhos incertos, estes muitas vezes, combinados com a catação de lixo, mendicância e prostituição tanto feminina quanto masculina. Em 1994 foi lançado o Plano Real, que regulou a inflação e também propiciou o crescimento econômico, reorganizando assim parte da economia brasileira. Mas apesar disso, muitas foram às pessoas que mesmo a partir do Plano Real não conseguiram sair do emprego informal e da pobreza, pois este plano não trouxe consigo o desenvolvimento social. Ainda assim, alguns dos motivos que provocam no Brasil um número muito elevado de pessoas sem emprego e renda são as fracas políticas de geração de emprego, a ausência de políticas sérias de distribuição de renda e fundiária, bem como, a carência de melhorias salariais.

Não obstante, outros motivos foram citados pelos cooperados, motivos estes que também os impulsionaram a criar as cooperativas e a ingressar nas mesmas. São eles: desejo de fazer parte de uma atividade coletiva, encanto pelo trabalho agrícola, desejo de estima, questões ambientais, transformar uma empresa falida em cooperativa, melhorias na produção e comercialização dos produtos através da união de produtores e também busca por mais dignidade.

Autores	Segmento	Motivos para a Criação
Nunes (2001)	Alimentação e Agricultura	Alternativa de emprego e renda; desejo de fazer parte de uma atividade coletiva e encanto pelo trabalho agrícola
Freitas (2002)	Agricultura	Renúncia do cultivo de fumo devido os malefícios provocados pelo mesmo; forma encontrada para comercialização dos produtos; busca de renda; necessidade de estima
Cabral (2004)	Vestuário	Transformar uma empresa falida em cooperativa
Cançado (2004)	Turismo	Alternativa de emprego
Bertucci (2005)	Reciclagem de lixo	Gerar renda através do agrupamento e organização de catadores espalhados por todos os bairros da região
Bertucci (2005)	Vestuário	Reunir mães que participavam de uma associação para gerar renda
Bertucci (2005)	Fabricação de peças em couro e material sintético	Educação de jovens e adultos, através de cursos de capacitação e formação
Barfknecht; Merlo e Nardi (2006)	Confecção do Vestuário	Alternativa de trabalho e renda
Teixeira (2007)	Reciclagem de lixo	Questões ambientais e renda
Coelho (2007)	Processamento de materiais recicláveis e/ou reutilizáveis	Resolver os problemas de insalubridade do bairro; para garantir a manutenção desta fonte de renda para as famílias
Sícoli (2007)	Reciclagem de Matéria-prima	Dar mais dignidade aos catadores de lixo, que tiram seu sustento do mesmo e gerar renda
Halicki (2007)	Agropecuária	Para armazenar e comercializar sua produção com agilidade e gerar renda
Dal Magro e Coutinho (2008)	Limpeza das ruas (serviços gerais)	Alternativa de emprego e renda
Gonçalves (2008)	Confecção do Vestuário	Alternativa de trabalho e renda
Gonçalves (2008)	Crédito Solidário	Alternativa de geração de renda para investir em suas plantações ou criações de animal
Ignácio e Souza (2008)	Agricultura	Geração de renda
Felski (2008)	Artesanato	Geração de trabalho e renda
Andriola (2008)	Beneficiamento de Castanha de Cajú	Falta de oportunidade de trabalho
Andriola (2008)	Beneficiamento de Castanha de Cajú	Falta de oportunidade de trabalho
Andriola (2008)	Beneficiamento de Castanha de Cajú	Falta de oportunidade de trabalho
Debiazi (2008)	Agropecuária e agricultura	Reunir trabalhadores agrícolas em uma única unidade produtiva, bem como, para juntos enfrentarem a situação agrícola atual e o capitalismo
Marchall (2009)	Agropecuário	Segurança em relação ao mercado, as grandes empresas agropecuárias existentes na região; assistência técnica; armazenagem da produção; melhoria na aquisição de crédito; por influência de parentes; benefícios econômicos e sociais

Quadro 2: Motivos para a Criação do Empreendimento e Ingresso dos Cooperados.

Fonte: Elaborado pela pesquisadora a partir das publicações estudadas.

Portanto os motivos descritos na pesquisa destacam mais uma vez a realidade vivida por uma boa parte da população brasileira a mais de duas décadas, isto devido às conseqüências provocadas em suas vidas pelo predominante sistema capitalista.

c) Pontos favoráveis e não favoráveis encontrados na Organização e Gestão dos Empreendimentos Solidários:

Conforme Apêndice I, através de uma análise feita nos artigos e dissertações utilizados neste trabalho, foram encontrados pontos favoráveis e não favoráveis na forma de organização e gestão dos empreendimentos solidários. Para uma melhor análise dos dados, os empreendimentos foram organizados de acordo com seu segmento.

c1) Vestuário:

No segmento do vestuário dos quatro empreendimentos analisados, apenas dois deles possuem uma gestão fundamentada nos princípios da autogestão e uma delas ainda apresenta divisões de poder e hierarquias. Dois apenas realizam assembleias e reuniões periódicas, no entanto mesmo realizando estas assembleias e reuniões, a participação e o interesse por parte dos cooperados é muito baixa.

No que diz respeito ao sentimento e as ações de solidariedade e também a trocas de saberes e conhecimentos, apenas dois destes empreendimentos possuem estas características no seu dia-a-dia.

Em relação a cursos para o aprendizado dos princípios cooperativistas e também econômicos solidários, só uma das iniciativas proporcionaram aos seus membros este tipo de apoio, isto gera um desinteresse por parte dos cooperados bem como, uma falta de entendimento da gestão do negócio e de como este se organiza.

Mostra-se importante destacar que uma das cooperativas comercializa seus produtos para fora do Brasil, fato pouco freqüente em empreendimentos deste tipo, porém bastante positivo para a expansão comercial do empreendimento. Já outras duas iniciativas possuem problemas com baixos rendimentos o que gera alta rotatividade e também problemas com baixo volume de vendas.

c2) Alimentação/Agricultura/Agropecuário:

No segmento da alimentação, agricultura e agropecuária, três das seis cooperativas analisadas possuem uma gestão fundamentada em princípios autogestionários e cooperativistas. Alguns pontos favoráveis que ajudaram para que isto ocorra nestes empreendimentos foram cursos, treinamentos e palestras a respeito do cooperativismo em alguns deles, e em outros, o repasse de experiências anteriores e conhecimentos aos demais membros por parte de outra cooperativa. Apesar disso, alguns cooperados ainda possuem pouco conhecimento a respeito do cooperativismo o que causa pouco comprometimento com a cooperativa. Também a presença de atores externos em uma das cooperativas causa certa dependência na gestão deste empreendimento.

Outro fator que compromete a gestão de três cooperativas é a falta de escolaridade dos sócios e conhecimentos técnicos. Isto gera dificuldades na hora da prestação de contas, o que acarreta na maioria das vezes, conflitos internos devido às incompreensões e desconfianças, além da dificuldade das negociações e gestão do empreendimento.

No que diz respeito à existência de solidariedade, três dos seis empreendimentos possuem a solidariedade como um sentimento e uma prática diária. Uma delas realiza festas e comemorações nas comunidades vizinhas.

Em uma das cooperativas, apesar de alguns sócios apresentarem um espírito empreendedor e habilidades de liderança, além de proporcionarem a todos os sócios um aumento na renda e ética no repasse dos dividendos, pode-se dizer que com o tempo, a rotatividade na mesma não diminuiu. Porém em outra cooperativa alguns dos cooperados possuem uma forte ligação com a mesma, e a querem fazer crescer.

Pontos favoráveis como aumento da tecnologia, participação em fóruns, ensino de valores cooperativistas nas escolas, parcerias com outras cooperativas e associações do Brasil estão presentes nos empreendimentos analisados deste segmento.

c3) Reciclagem de lixo

De acordo com a análise feita em quatro cooperativas do segmento de reciclagem de lixo dos estudos pesquisados, foi possível perceber que três delas são organizadas através de pressupostos da autogestão e de princípios cooperativistas. Porém apenas dois dos quatro empreendimentos realizam assembleias e reuniões, alcançando assim a democracia. Além disso, duas cooperativas realizam trabalhos de conscientização ambiental em suas respectivas comunidades.

Uma das quatro cooperativas apresenta alguns problemas em sua organização e gestão, como: a) falta de comprometimento de alguns cooperados por estarem na cooperativa apenas temporariamente até conseguirem emprego no mercado capitalista e b) alteração de cargos com muita frequência, na maioria das vezes pela pouca escolaridade e conhecimento dos cooperados para assumir e obter sucesso em certos cargos no empreendimento.

No que diz respeito à realização de cursos sobre o cooperativismo e dos pressupostos da economia solidária, três cooperativas analisadas disponibilizam aos seus cooperados este tipo de prática.

Um problema enfrentado por duas das cooperativas é a rotatividade, e esta se deve nos dois empreendimentos pela baixa remuneração alcançada pelos cooperados que acabam saindo das mesmas para procurar empregos no mercado capitalista em busca de maior renda.

Em termos de investimentos em novos equipamentos e tecnologias para o empreendimento apenas uma cooperativa apresentou tal ponto favorável devido o crescimento da produção da mesma.

A solidariedade está presente em três dos quatro empreendimentos devido ao bom relacionamento entre os cooperados.

c4) Beneficiamento de castanha de caju:

Em relação a este segmento, duas das três cooperativas analisadas não possuíram nenhum ponto favorável em sua forma de organização dentro dos pressupostos da autogestão. A única cooperativa que possuiu pontos favoráveis, não houve nenhum ponto não favorável.

Dos três empreendimentos deste segmento, dois deles não possuem autogestão, possuem pouca oferta de treinamentos e cursos para ambos. Ainda assim, existe falta de comprometimento dos cooperados a respeito da cooperativa e falta de prática dos princípios cooperativistas no dia-a-dia do empreendimento.

Apenas em um dos três empreendimentos a autogestão e os princípios cooperativistas estão presentes na gestão e organização da cooperativa. Esta ainda disponibiliza aos seus associados cursos a respeito do cooperativismo.

c5) Turismo

No segmento de turismo apenas uma cooperativa foi analisada e a mesma não possui a presença da autogestão constantemente em sua forma organizativa, bem como, possui dependência de atuantes externos em sua gestão.

Esta cooperativa realiza assembleias e reuniões, porém as constantes faltas dos cooperados prejudicam as tomadas de decisões. Ainda sobre sua forma organizativa, existe neste empreendimento uma carência em relação à circulação das informações e também a falta de comprometimento e imaturidade por parte de alguns cooperados.

c6) Limpeza das ruas:

No segmento de limpeza de ruas, apenas um empreendimento foi analisado, sendo que o mesmo não apresentou nenhum ponto favorável.

Um dos principais pontos não favoráveis deste empreendimento consiste na não participação dos cooperados no processo de criação da cooperativa, o que causou a falta de comprometimento por parte dos cooperados e também dificuldade dos mesmos em saberem qual era realmente sua função e seu vínculo com a cooperativa a qual passaram a pertencer.

No que diz respeito à autogestão e aos princípios cooperativistas, o empreendimento em questão não possuía. Ainda assim, a dependência dos cooperados em relação ao agente externo, neste caso a prefeitura do município, era bastante grande, pois era este quem cuidava da gestão e da organização no empreendimento. Neste caso esta iniciativa não proporcionou aos membros da cooperativa a desalienação do trabalho, pois sua função na cooperativa era apenas

a de prestação de serviço. Ainda assim, este empreendimento servia de propaganda eleitoral para o partido possuidor do mandato da prefeitura. A cooperativa veio a ter seu fim, quando o partido perdeu as eleições no município.

c7) Artesanato

Apenas uma cooperativa no segmento de artesanato está presente nesta pesquisa.

Portanto no que diz respeito à organização deste empreendimento, ele possui assembleias e reuniões para a tomada de decisões e repasse das informações a todos os cooperados, e os mesmo tem uma boa participação nelas. Porém esta cooperativa apresenta dependência de atuantes externos (ITPC's, prefeitura, pesquisadores, etc) em sua gestão.

Além disso, esta iniciativa possui dificuldades de negociação, atendimento de demanda que faz com que sejam contratadas pessoas para ajudar na produção e também dificuldades de comercialização dos seus produtos.

A cooperativa em questão apresenta no seu dia-a-dia ações e sentimentos de solidariedade entre os sócios cooperados, e ainda realizam troca de experiências com outras cooperativas.

c8) Crédito solidário

No segmento de crédito solidário a cooperativa analisada não apresentou pontos favoráveis em relação a sua forma de organização e gestão.

Esta cooperativa possui inadimplência na metade do crédito concedido aos seus associados, seus sócios não possuem conhecimento técnico e escolaridade suficiente para a gestão e organização correta do empreendimento.

Além disso, devido a pouca expressividade de sócios ao passar dos anos, a alta inadimplência e também o número baixo de poupanças acarretou o desligamento da cooperativa do sistema Ecosol.

c9) Fabricação de peças em couro/sintético

Em relação ao empreendimento que possui seu segmento direcionado a fabricação de peças em couro e material sintético ele segue os pressupostos da autogestão em sua gestão diária, realiza reuniões e assembleias para que sejam discutidos assuntos sobre a organização da cooperativa e tomadas decisões e também proporcionam a seus membros o conhecimento de todos os setores da cooperativa.

A cooperativa passou por problemas com os atuantes externos (ITPC's, prefeitura, pesquisadores, etc.) na sua formação, porém hoje sua produção vem aumentando, o que motivou os cooperados a projetar investimentos em novas máquinas e equipamentos. No entanto, ainda há um ponto não favorável neste empreendimento que é a falta de autoestima de seus sócios.

4.1 ANÁLISE GERAL DA PESQUISA

Para este estudo que teve como objetivo maior estudar como se organizam os empreendimentos econômicos solidário no Brasil dentro dos pressupostos da autogestão, foi possível após a pesquisa serem concebidas algumas constatações sobre como se comportam e são administrados na presente década uma parte destes empreendimentos.

A partir da amostragem de 22 cooperativas divididas nos segmentos de reciclagem de lixo, artesanato, vestuário, alimentação/agricultura/agropecuário, beneficiamento de castanha de caju, crédito solidário, turismo, limpeza de ruas e fabricação de peças em couro/sintético, foi possível serem feitas algumas análises gerais sobre o perfil dos empreendimentos, os motivos que apareceram com mais frequência e que se mostraram determinantes para a criação das cooperativas e para o ingresso de seus cooperados na mesma, bem como, a análise geral dos pontos favoráveis e não favoráveis detectados na organização e gestão de todos os empreendimentos estudados na presente pesquisa.

Assim sendo, quanto ao perfil dos empreendimentos analisados houve uma predominância nas cooperativas de reciclagem de lixo, vestuário, alimentação/agricultura/agropecuário e beneficiamento de castanha de caju. Ainda assim, o público alvo para criação dos empreendimentos estudados obteve uma

maior frequência de homens e mulheres desempregadas, agricultores, catadores de lixo e famílias.

Além disso, no que diz respeito ao número de sócios as cooperativas que são constituídas por um menor número de sócios, na maioria das vezes, procuram atingir públicos situados em uma distância menor que as cooperativas que contêm mais participantes, pois no caso destas últimas, os cooperados situam-se em outras regiões, municípios, cidades e até países. Também em relação aos sócios, as cooperativas são formadas pelo sexo masculino juntamente com o feminino, com predominância pela constituição de mulheres.

Se tratando ainda do perfil dos empreendimentos analisados, 11 cooperativas partiram da iniciativa dos cooperados sozinhos ou dos cooperados com agentes externos, sendo que o restante não foi informado ou apenas os atuantes externos (ITCP's, prefeitura, pesquisadores, etc) fundaram as cooperativas. Ainda se tratando da fundação das cooperativas, as iniciativas instituídas a partir do ano 2000 estão em maior número nesta pesquisa do que as fundadas na década de 1990, sendo que estas estão distribuídas no território brasileiro da seguinte forma: oito delas estão localizadas no Nordeste brasileiro, seis no Sul, cinco no Sudeste e duas no Centro-Oeste.

Compreende-se como maiores motivos para a idealização das cooperativas e para a associação dos cooperados nas mesmas, o desemprego, a busca por renda e a exclusão do mercado de trabalho.

Partindo da constatação que o desemprego sempre existiu no Brasil, que a crise de 1980 agravou este cenário em grandes proporções e também no processo contínuo da desvinculação dos empregados do mercado formal, contribuíram para o crescimento de empreendimentos que absorvesse estes excedentes de trabalhadores, e pessoas em busca de renda e excluídos sociais.

No entanto, no que se refere à forma organizativa das cooperativas algumas evidências foram obtidas neste estudo a partir dos pontos favoráveis e não favoráveis destacados em cada empreendimento.

Através da análise separada de cada segmento, foi possível perceber que apenas nove das 22 cooperativas em questão empregam os pressupostos da autogestão na administração de seus empreendimentos. Porém, se estas iniciativas são cooperativas e se caracterizarem por empreendimentos econômicos solidários, todas deveriam estar fundamentadas na autogestão. Gomes et al, (2007) corrobora

dizendo que uma cooperativa precisa ser dirigida com a participação de todos, de forma autogestionária.

Quanto à realização de reuniões e assembleias, que de acordo com o segundo princípio do cooperativismo (gestão democrática e livre) demanda a realização das mesmas, apenas 10 cooperativas analisadas realizam-nas para que sejam tomadas decisões e para o repasse de informações a todos os sócios cooperados.

Ainda sobre a gestão dos empreendimentos, a falta de escolaridade dos cooperados apareceu em alguns empreendimentos como elemento que dificulta a gestão dos mesmos. Para muitos cooperados, a falta de escolaridade cria uma barreira para a execução de algumas tarefas e cargos dentro da cooperativa, causando muitas vezes, dificuldades de comercialização e negociação de seus produtos o que reflete diretamente na rentabilidade do empreendimento.

Das 22 cooperativas, quatro delas apresentaram problemas com rotatividade. Isso deve principalmente como destaca Sícoli (2007), a baixa remuneração retirada pelos cooperados. Todavia, alguns cooperados se associam as cooperativas para obtenção de renda temporária, o que gera problemas na administração do empreendimento, pois estas pessoas além de não estarem imbuídas de objetivos que façam as cooperativas crescerem, na maioria das vezes, estes indivíduos não são comprometidos com os princípios solidários e cooperativistas e ainda possuem vícios em relação a assalariamento.

No tocante da solidariedade, nove iniciativas apenas cultivam este valor em suas ações diárias. Porém, se as cooperativas são caracterizadas por serem empreendimentos econômicos solidários, a solidariedade deveria estar presente nos 22 empreendimentos analisados. Para Razeto (1997), nestes empreendimentos a solidariedade está acima do individualismo e o ser humano acima dos produtos e benefícios materiais.

Para que os membros cooperados de empreendimentos econômicos solidários de uma forma geral sejam capazes de entender e praticar princípios econômicos solidários e os princípios do cooperativismo - no caso das cooperativas estudadas -, é necessário que se sejam realizados cursos e treinamentos a respeito destes temas para desta forma estes indivíduos estejam preparados para se organizar e administrar suas iniciativas de maneira correta, a fim de obter sucesso. O que confirma este pensamento é o quinto princípio cooperativista, que diz respeito

à educação, formação e informação dos associados. No entanto, apenas sete cooperativas aqui avaliadas oferecem a seus sócios este tipo de preparo.

Ainda assim, quatro cooperativas participam de ações econômicas solidárias, como parcerias com outras cooperativas do país e participação no Fórum de Economia Solidária. Esta troca favorece muitas vezes na comercialização de produtos e na reciclagem e aprendizado de novos conceitos.

Alguns dos empreendimentos analisados foram criados ou obtiveram apoio de pessoas externas para a sua formação e constituição. Tais como: pesquisadores, ITCP's, prefeituras, entre outros. Fato este bastante comum e na maioria das vezes positivo. No entanto, o que se pôde perceber em algumas das cooperativas foi a dependência criada pelos cooperados em relação a estas pessoas, fazendo com que as tomadas de decisões não fossem mais realizadas sem a presença e a aprovação destes agentes externos. Este fato descaracteriza e contraria o que descreve o princípio de autonomia e independência das cooperativas, que destaca que qualquer acordo firmado com outras iniciativas e organizações garantem a cooperativa ainda pleno controle sobre o funcionamento da mesma.

Contudo, alguns empreendimentos estão caminhando para que sejam alcançados os objetivos de seus cooperados, já outros precisam que sejam feitas certas reformulações na sua estrutura organizativa, em seus valores e princípios e em sua gestão para que possam realmente se enquadrar e prosperar como empreendimentos solidários.

5 CONCLUSÃO

Através da realização da pesquisa bibliográfica que procurou fundamentar este estudo, foram adquiridos conhecimentos que foram de grande valia, e ainda ajudaram a pesquisadora a compreender o universo do cooperativismo, da economia solidária e da autogestão. Pode-se ainda relacionar os conceitos teóricos aprendidos e a análise dos estudos de caso que descreviam o dia-a-dia dos empreendimentos econômicos solidários, com os resultados obtidos neste estudo.

Ainda assim, o período que compreendeu a realização deste estudo proporcionou a pesquisadora uma ampliação da visão preexistente sobre os temas aqui abordados, para que assim fosse compreendido como devem se organizar empreendimentos desta forma, e também como se organizavam os 22 empreendimentos utilizados para este estudo, auxiliando para que fossem obtidas conclusões a respeito do mesmo.

No que diz respeito aos resultados do presente estudo, tornou-se evidente a fragilidade na gestão e na organização de muitos empreendimentos econômicos solidários e ainda a pouca existência da autogestão nos mesmos. Isto ocorreu, na maioria das vezes, pela falta de escolaridade dos cooperativados e pelo pouco preparo e treinamento sobre aos princípios econômicos solidários e cooperativistas que ocasionaram o descumprimento dos mesmos no dia-a-dia das iniciativas aqui estudadas.

No decorrer deste estudo buscou-se responder alguns objetivos específicos através de análises feitas em estudos de caso presentes em artigos, teses e dissertações. Sendo assim, os objetivos específicos deste estudo foram atingidos da seguinte forma:

- **Descrever o perfil dos empreendimentos solidários pesquisados:**
Por meio de uma leitura detalhada dos 22 empreendimentos utilizados nesta pesquisa, foi possível montar o Quadro 1, em que foi dividido em seguimento, público alvo, número de participantes, classificação dos participantes, origem da iniciativa, ano de fundação e município ou região em que os empreendimentos se encontravam. Logo em seguida o quadro foi preenchido de acordo com as informações coletadas de cada cooperativa analisada, sendo descrito desta forma

o perfil de cada empreendimento solidário presente no estudo em questão;

- **Conhecer os motivos para a criação dos empreendimentos solidários pesquisados:** Logo em seguida o Quadro 2 estruturado com a finalidade de se conhecer os motivos que foram levados em conta para as cooperativas serem criadas, bem como, os motivos que os cooperados tiveram para ingressarem em cada um dos empreendimentos. Desta forma, foi possível avaliar e perceber que os motivos para a criação e ingresso de membros em empreendimentos econômicos solidários se devem, na grande maioria das vezes, pela falta de emprego, a busca por renda e combate a exclusão social, fato este constatado já nos estudos de Singer (2008) e Gomes et al (2007);
- **Descrever os pontos favoráveis e não favoráveis no processo de organização dos empreendimentos solidários pesquisados:** Através da leitura de cada estudo de caso foram levantados e descritos pontos positivos e pontos negativos de cada empreendimento presente neste estudo, como apresentado no Apêndice I. Foi possível diagnosticar que por se alcunharem como empreendimentos econômicos solidários, muitas das 22 cooperativas não apresentam em sua forma organizativa princípios econômicos solidários, e também por se tratarem apenas de empreendimentos cooperativos, poucos seguem os princípios cooperativos e uma gestão fundamentada na autogestão.

Entendeu-se ao longo deste estudo, que a falta de fontes de pesquisa na universidade apresentou-se como fator limitador, bem como, a espera por material despreendeu da pesquisadora tempo para que fosse realizada uma busca maior por elementos que enriquecessem este estudo.

Outro aspecto considerado limitador foi a pesquisa ter utilizado como fonte apenas empreendimentos econômicos solidários de caráter cooperativista. Isto se deve ao fato de existirem poucos estudos feitos em associações e outras formas de empreendimentos econômicos solidários existentes, o que foi determinante para que os resultados deste estudo não apresentassem outros tipos de iniciativas econômicas solidárias.

O Brasil é um dos países que mais vem ampliando o número de iniciativas apoiadas nos preceitos deste modo econômico, fundamentado na solidariedade, na autogestão e na ajuda mútua.

Portanto o campo da investigação a respeito de assuntos que permeiam a economia solidária se mostra repleto de possíveis investigações. Desse modo, a partir da elaboração do presente estudo, pôde-se perceber que há outros assuntos que poderão ser investigados aos futuros acadêmicos, conforme sugere-se a seguir:

- Elaboração de projetos que disponibilize cursos ou oficinas a respeito de princípios econômicos solidários;
- Estudo sobre o que já existe de políticas públicas na esfera municipal, estadual e federal ligadas ao campo da economia solidária;
- Elaboração de projetos que viabilizem a introdução de temas voltados à economia solidária em escolas de educação básica.

Por fim conclui-se com este estudo, que mesmo que por muitas vezes alguns empreendimentos econômicos solidários não conseguem atender muitos dos princípios econômicos solidários, não se organizarem dentro dos pressupostos da autogestão e se mostram falhos em alguns sentidos, a economia solidária se apresenta no Brasil como uma forma de organização econômica focada na busca de saídas para os efeitos gerados pelo capitalismo e pela falta de assistência à boa parte da população deste país, sendo que estes efeitos são: o desemprego, a exclusão social, pobreza e a degradação ambiental. Mesmo assim, há muito que se avançar e evoluir para que a economia solidária seja uma solução eficaz para estes problemas econômicos e sociais enfrentados por tantos brasileiros.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, P.P. Autogestão. In: CATTANI, A.D (Org). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.
- ANDION, Carolina. Gestão das organizações de economia solidária: contornos de uma problemática. **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro, v. 32, n. 1, p. 7-25, jan./fev. 1998.
- ANDRADE, Zita Pires de. **Cooperativismo no ensino superior: o caso da cooperativa de ensino superior de Rubiataba**. 2005. 170 f. Dissertação (Mestrado) - Ucg, Goiânia, 2005. Disponível em: <
http://tede.biblioteca.ucg.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=130> Acesso em: 10 mai. 2010.
- ANDRIOLA, Ítalo Roberto Fernandes. **A economia social e os estados do cooperativismo: ascensão ou declínio dos princípios do cooperativismo em empreendimentos autogestionários**. 2008. 153 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2008. Disponível em: <
http://bdt.d.bczm.ufrn.br/tesesimplificado//tde_busca/arquivo.php?codArquivo=2650> Acesso em: 16 set. 2010.
- AZAMBUJA, Lucas Rodrigues. **Os Sentidos do Trabalho Autogerido: um estudo a partir dos trabalhadores de cooperativas de econômica solidária**. 2007. 164 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós Graduação de Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007. Disponível em:
<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/12769/000633076.pdf?sequence=1>
> Acesso em: 12 ago. 2010.
- BARFKNECHT, Kátia Salete; MERLO, Álvaro Roberto Crespo; NARDI, Henrique Caetano. Saúde mental e economia solidária: análise das relações de trabalho em uma cooperativa de confecção de Porto Alegre. **Psicologia & Sociedade**, Florianópolis, v. 18, n. 2 , p.54-61, mai/ago 2006. Disponível em: <
<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v18n2/07.pdf>> Acesso em: 05 set. 2010.
- BARROS, Aidil de Jesus Paes de; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. **Fundamentos de metodologia** Um guia para a iniciação científica. São Paulo: Ed. McGraw-Hill, 1986.
- BERTUCCI, Jonas de Oliveira. **A economia solidária do pensamento utópico ao contexto atual: Um estudo sobre experiências em Belo Horizonte**. 2005. 126 f. Dissertação (Mestrado) - UFMG, Belo Horizonte, 2005. Disponível em: <
http://www.fb.es.org.br/biblioteca22/Jonas_Bertucci_dissertacao.pdf>. Acesso em: 05 out. 2010.
- BORBA, Jonécir Alberto. **O processo de transformação da CIPLA: uma experiência autogestionária**. 2007. 135 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Administração, Centro de Ciências da Administração, Universidade Estadual de Santa Catarina, Joinville, 2007. Disponível em: <
http://www.tede.udesc.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=1016> Acesso em: 12 ago. 2010.

CABRAL, Guilherme Ribeiro Eulálio. **Uma tentativa de implantação de uma cooperativa autogerida: O desafio da participação na Cooperativa dos Trabalhadores Têxteis de Confecção e Vestuário de Pernambuco LTDA.** 2004. 120 f. Dissertação (Mestrado) - UFP, Recife, 2004.

CANÇADO, Airton Cardoso. **Autogestão em cooperativas populares: os desafios da prática.** 2004. 134 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2004. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.ufba.br/tde_arquivos/10/TDE-2005-05-23T133306Z-53/Publico/Airton%20Cardoso%20Cancado%20-%20dissertacao%20seq.pdf> Acesso em: 05 out. 2010.

_____, Airton Cardoso; CANÇADO, Anne Caroline Moura Guimarães. A construção da autogestão em empreendimentos da Economia Solidária: uma abordagem baseada em Paulo Freire. **Reges: Revista Eletrônica de Gestão, Picos**, v. 2, n. 2, p.52-72, maio/agosto 2009. Disponível em: <www.ufpi.br/reges>. Acesso em: 03 mai 2010.

_____, Airton Cardoso; PEREIRA, José Roberto; SILVA JÚNIOR, Jeová Torres da (Org.). **Economia solidária, cooperativismo popular e autogestão: as experiências de Palmas/TO.** Palmas: Uft, 2007. Disponível em: <http://www.copyleftpearson.com.br/Artigo_Detalhe.aspx?id=186>. Acesso em: 20 mai 2010.

CARRADORE, E. A. **Sociedades cooperativas e imposto sobre a renda.** Florianópolis: OAB/SC, 2005.

CASTANHEIRA, Maria Eugênia Monteiro; PEREIRA, José Roberto. Ação coletiva no âmbito da economia solidária e da autogestão. **Revista Katálisis**, Florianópolis, v. 11, n. 1, p.116-122, jan./jun. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rk/v11n1/11.pdf>> Acesso em: 26 set. 2010.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia científica.** 5. ed São Paulo: Prentice Hall, 2002.

COELHO, Diego Bonaldo. **De catadores de rua a recicladores cooperados: Um estudo de caso sobre a formação e a gestão de uma cooperativa de reciclagem.** 2007. 176 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Administração de Empresas, Mackenzie, São Paulo, 2007. Disponível em: <http://mx.mackenzie.com.br/tede/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=54>. Acesso em: 17 out. 2010.

COUTINHO, Maria Chalfin et al. Novos caminhos, cooperação e solidariedade: A psicologia em empreendimentos solidários. **Psicologia & Sociedade**, Florianópolis, v. 17, n. 1, p.17-28, jan./abr. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v17n1/a02v17n1.pdf>> Acesso em: 29 ago. 2010.

CRUZ, Paulo Sergio Alves da. **A filosofia cooperativista e o cooperativismo no Brasil e no mundo.** Rio de Janeiro: Suma Econômica, [2000?].

CULTI, Maria Nezilda. **SÓCIOS DO SUOR: Cooperativas de Trabalho.** In: O Mundo do Trabalho e a Política. Maringá: EDUEM, 2000.

DEBIAZI, Rose Elke. **Os sentidos do trabalho para os cooperados na experiência autogestionária do Coopeunião (Dionísio Cerqueira, SC).** 2008. 132 f. Dissertação (Mestrado) - UFSC, Florianópolis, 2008. Disponível em:

<http://www.pos.ufsc.br/arquivos/41000382/diversos/Rose_Elke.pdf>. Acesso em: 29 set. 2010.

FARIA, José Henrique de. **Relações de poder e formas de gestão**. Curitiba, PR: Criar, 1985. 87 p.

FELSKI, Henrique. **O processo de tomada de decisão da cooperativa Arte Rio (Rio dos Cedros, SC)**: Uma reflexão do modo cooperativo de seus membros de 2005 a 2007. 2008. 97 f. Dissertação (Mestrado) - URB, Blumenau, 2008. Disponível em: <http://proxy.furb.br/tede/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=517>. Acesso em: 02 out. 2010.

FERNANDES, Raquel Aragão Uchôa. **Economia solidária, velhas idéias, novos sentidos**: Caso da associação Mãos Mineiras - MG. 2007. 192 f. Dissertação (Megister Scientiae) - UFV, Minas Gerais, 2007. Disponível em: <http://www.tede.ufv.br/tesesimplificado/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=943>. Acesso em: 07 out. 2010.

FERRARI, Alfonso Trujillo. **Metodologia da Pesquisa Científica**. São Paulo: Mc Graw, 1982.

FERREIRA, Valdir. **Economia Solidária**: experiências na região Turvo - Grande/SP. 2006. 139 f. Dissertação (Mestrado) - Centro Universitário de Araraquara, Araraquara, 2006.

FRANÇA, G.; DIZIMIRA, S. Economia e dádiva. In: **Organizações & Sociedade**. V.6, n14, p141-183, jan/abr. 1999.

FREITAS, Giovana Souza. **A conciliação de práticas cooperativas com o desafio da conquista e manutenção da sustentabilidade**: O caso da Cooperativa Regional de Agricultores Familiares Ecologistas (ECOVALE). 2002. 194 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Agronegócios, Ufrgs, Porto Alegre, 2002. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/2812/000376620.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 01 out. 2010.

GAIGER, Luiz Inácio Germany. **Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil**. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

GAWLAK, A; RATZKE, F. A. **Cooperativismo**: Filosofia de vida para um mundo melhor. Curitiba: SESCOOP/Pr-Ocepar, 2001.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed São Paulo: Atlas, 2007.

GOMES, Fabiana Pereira et al. **Formação em Economia Solidária**: Projeto Casa Brasil. Cadernos de Economia Solidária. Disponível em: <http://www.casabrasil.gov.br/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=18&dir=DESC&order=name&Itemid=67&limit=5&limitstart=0>. Acesso em: 18 set. 2010.

GONÇALVES, Alicia Ferreira. Experiências em economia solidária e seus múltiplos sentidos. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 11, n. 1, p.132-142, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rk/v11n1/13.pdf>>. Acesso em: 15 set. 2010.

GUASSELLI, Idair Gaudencio Girardi. **Cooperativa como forma de melhor viabilizar os produtores de maçã**: um projeto para a região do município de

Vacaria/Rs. 2002. 159 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado Executivo, Ebape, Rio de Janeiro, 2002.

GUIMARÃES, Milla Lúcia Ferreira. . **Gestão de cooperativa**: um projeto conceitual em módulos. 2004. 122 f. Monografia (Especialização em Didática e Metodologia do Ensino Superior) - Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, 2004.

HALICKI, Zélia. **Cooperativismo, Gestão e Educação**: Um estudo de caso numa cooperativa agroindustrial. 2007. 111 f. Dissertação de Mestrado (Mestre em Administração) - Curso de Administração, Univali, Biguaçu, 2007. Disponível em: <https://www6.univali.br/tede/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=383> Acesso em: 13 out. 2010.

HERNÁNDEZ SAMPIERI, Roberto; FERNÁNDEZ COLLADO, Carlos; BAPTISTA LUCIO, Pilar. **Metodologia de pesquisa**. 3. ed São Paulo: McGraw-Hill, 2006.

IGNÁCIO, Olímpia Maria de Carvalho; SOUZA, Eliane Moreira de Sá. Gestão estratégica aplicada ao cooperativismo solidário: uma alternativa de fortalecimento para agricultores familiares. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté, v. 4, n. 4, p.54-79, set/dez 2008. Disponível em: [http://www.rbqdr.net/revista/index.php?journal=rbqdr&page=article&op=viewFile&path\[\]=173&path\[\]=135](http://www.rbqdr.net/revista/index.php?journal=rbqdr&page=article&op=viewFile&path[]=173&path[]=135) Acesso em: 15 set. 2010.

JUNG, Carlos Fernando. **Metodologia para pesquisa & desenvolvimento**: aplicada a novas tecnologias, produtos e processos. Rio de Janeiro: Axcel Books do Brasil, 2004.

KOCHE, José Carlos. **Fundamentos de metodologia científica**: teoria da ciência e prática da pesquisa. 16 ed. Porto Alegre: Vozes, 1997.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 4 ed. rev. e ampl. São Paulo: Ed. Atlas, 2001.

LIBONI, Maria Therezinha Loddi. **A empresa de autogestão**: uma visão psicossocial. 2002. 126 f. Dissertação (Mestrado) - UEM, Maringá, 2002.

LIMA, Margarida Maria Feliciano de. **Projeto de Economia Solidária no BNB**: subsídios para avaliar a aplicação do fundo de desenvolvimento regional (FDR). 2008. 113 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Avaliação de Políticas Públicas, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008. Disponível: <http://www.teses.ufc.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=3237> Acesso em: 18 ago. 2010.

LISBOA, Armando de Melo. Economia Solidária e Autogestão: imprecisões e limites. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 45, n. 3, p.109-115, jul./set. 2005. Disponível em: < <http://www16.fgv.br/rae/redirect.cfm?ID=3885>> Acesso em: 16 ago. 2010.

MAGALHÃES, Gildo. **Introdução à metodologia da pesquisa**: caminhos da ciência e tecnologia. 1. ed São Paulo: Ática, 2005.

MAGRO, Márcia Luiza Pit Dal; COUTINHO, Maria Chalfin. Os sentimentos do trabalho para sujeitos inseridos em “empreendimentos solidários”. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 13, n. 4, p.703-711, out/dez 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pe/v13n4/v13n4a08.pdf>> Acesso em: 14 set. 2010.

MANÇE, Euclides. A consistência das redes de colaboração solidária. In: **Ciências Sociais - Unisinos - Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciência**

Sociais Aplicadas. Universidade do Vale do Rio dos Sinos, v.37, n159, jul/dez.2001. p.177-204.

MARÇON, Denise, ESCRIVÃO FILHO, Edmundo. **Gestão das organizações do terceiro setor:** um repensar sobre as teorias organizacionais. In: *ENANPAD*, XXV, Campinas, 2001.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. . **Técnicas de pesquisa:** planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. 7. ed São Paulo: Atlas, 2008.

MARSCHALL, Clélio Roberto. Motivações para o cooperativismo na pequena propriedade. **O&S**, Salvador, v. 16, n. 49, p.287-306, 2009. Disponível em: <<http://www.revistaoes.ufba.br/viewarticle.php?id=681>>. Acesso em: 30 set. 2010.

MARTINS, Gilberto de Andrade. **Metodologia da investigação para ciências sociais aplicadas.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política.** 18ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

MAY, Nilson Luiz (Coord.). **Compêndio de Cooperativismo UNIMED.** Porto Alegre: Ws Editor, 1998.

MEIRA, Fábio Bittencourt. **As Encruzilhadas da Autogestão:** imaginário e simbólico nas empresas assumidas por trabalhadores. 2009. 358 f. Tese (Doutorado) - Curso de Administração de Empresas, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2009.

MENEGÁRIO, Alexandre H. **Emprego de Indicadores Sócio-econômicos na Avaliação Financeira de Cooperativas Agropecuárias.** Dissertação (Mestrado em Ciências), Universidade de São Paulo Piracicaba, ESALQ, São Paulo, 2000.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR. **Exportação das cooperativas brasileiras.** 2009. Disponível em: <<http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=1202&ref=608>>. Acesso em: 10 Mai. 2010.

MOTTA, Fernando. C. Prestes. **Burocracia e autogestão:** a proposta de Proudhon. São Paulo: Brasiliense, 1981.

_____, Fernando C. Prestes; PEREIRA, Luiz C. Bresser. **Introdução à organização burocrática.** 2. ed. rev. São Paulo: Thomson, 2004.

NASCIMENTO, F. R. do. **Cooperativismo como alternativa de mudança:** uma abordagem normativa. Rio de Janeiro. Forense, 2000.

OLIVEIRA, José Rudnei de. **O comprometimento do cooperado com a cooperativa.** 2007. 102 f. Dissertação (Mestrado) - UFSM - RS, Santa Maria, 2007. Disponível em: <http://cascavel.cpd.ufsm.br/tede/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=1092> Acesso em: 13 set. 2010.

OLIVEIRA, Silvio Luiz de. **Tratado de metodologia científica:** projetos de pesquisa, TGI, TCC, monografias, dissertações e teses. São Paulo: Pioneira, 2002.

Organização das Cooperativas Brasileiras 2008. Disponível em: <http://www.ocb.org.br/site/brasil_cooperativo/index.asp>. Acesso em: 30 abr. 2010.

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS. **Anuário do Cooperativismo Brasileiro 2003**. Brasília: OCB, 2003.

PEREIRA, Anísio Cândido. **Contribuição a análise e estruturação das demonstrações financeiras das Sociedades Cooperativas Brasileiras**: Ensaio de abordagem social. Tese (Doutorado em Contabilidade e Controladoria. Universidade de São Paulo, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, São Paulo, 1993.

PINHO, Diva Benevides. **A Doutrina Cooperativa nos Regimes Capitalistas e Socialistas**. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1966.

_____, Diva Benevides. **Economia e cooperativismo**. São Paulo: Saraiva, 1977.

_____, Diva Benevides. **O Cooperativismo no Brasil**: da vertente pioneira à vertente solidária. São Paulo: Saraiva, 2004.

PINTO, João Roberto Lopes. **Economia solidária. De volta à arte da associação**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

PIRES, M.L.L. e S. (1999). O cooperativismo agrícola em questão: A trama das relações entre projeto e prática em cooperativas do Nordeste do Brasil e do Leste (Quebec) do Canadá. Tese de Doutorado. Recife: UFPE, (mimeo).

RAZETO, Luis. O papel central do trabalho e a economia de solidariedade. Proposta. Rio de Janeiro, n.75, 1997.

RECH, Daniel. **Cooperativas**: uma alternativa de organização popular. Rio de Janeiro: Dp&a, 2000.

RODRIGUES, Maria de Lourdes. **Análise da ação administrativa em cooperativas agropecuárias do triângulo mineiro**: um estudo de multi casos. 2005. 160 f. Tese (Pós Graduação) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2005.

Disponível em: < http://www.bdtu.ufu.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=146>
Acesso em: 27 mai. 2010.

RODRIGUES, R. L. **Cooperativas agropecuárias e relações intersetoriais na economia paranaense**: uma análise de insumo-produto. 2000. 171f. Tese (Doutorado). Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz", Universidade de São Paulo, Piracicaba.

S.I.G. PARA A GESTÃO DE CUSTOS POR QUALIDADE: estudo de caso em uma cooperativa de café. Curitiba: Revista de Administração Contemporânea, v. 1, n. 3, set. 1997. Disponível em:

<http://www.anpad.org.br/periodicos/content/frame_base.php?revista=1>. Acesso em: 19 jun. 2010.

SANTANA JÚNIOR, Gildásio. **A Economia Solidária em Face da Dinâmica da Acumulação Capitalista**: da subordinação a um novo modo de regulação social?. 2007. 266 f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.

Disponível em: < <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cp122920.pdf>>
Acesso: 25 out. 2010.

SCHMIDT, Derli; PERIUS, Virgílio. Cooperativismo – cooperativa. In: CATTANI, Antonio David (org). *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

SÍCOLI, Juliana Lordello. **Potencialidades e limites da autogestão ao nível da organização do trabalho e suas repercussões à saúde dos trabalhadores**:

Estudo etnográfico da Coopermape - Cooperativa de Reciclagem de Matéria-Prima de Embu. 2007. 280 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Psicologia, USP, São Paulo, 2007. Disponível em:

<<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47134/tde-20082007-105437/pt-br.php>>. Acesso em: 03 out. 2010.

SILVA FILHO, Cícero Virgulino da. **Cooperativas de trabalho**. São Paulo: Atlas, 2001.

SILVA, Sandro Pereira. **Trabalho coletivo e geração de renda em empreendimentos de economia solidária**. 2006. 80 f. Monografia (Bacharel) - Curso de Ciências Econômicas, Departamento de Economia, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2006. Disponível em: <
http://www.fbes.org.br/index2.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=743&Itemid=1> Acesso: 23 ago. 2010.

SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

_____, Paul; SOUZA, André Ricardo de. **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, 2000. 360 p.

SOUSA, Daniela Neves de. Reestruturação capitalista e trabalho: notas críticas acerca da economia solidária. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 11, n. 1, p.53-60, jan./jun.2008. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rk/v11n1/05.pdf>> Acesso em: 18 set. 2010.

TEIXEIRA, Leile Sílvia Cândido. **Cooperativismo e trabalho: A experiência da cooperativa de reciclagem de lixo (COOPREC)**. 2007. 128 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Serviço Social, PUC - SP, São Paulo, 2007. Disponível em: <http://www.sapientia.pucsp.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=5828>. Acesso em: 20 out. 2010.

VEIGA, Sandra Mayrink; FONSECA, Isaque. **Cooperativismo: uma revolução pacífica em ação**. Rio de Janeiro: Dp&a, 2002.

VIEIRA, Arlete Cândido Monteiro. **Cooperativismo de Trabalho: alternativa de geração de trabalho e renda**. 2005. 132 f. Dissertação (Mestrado) - Unitau, Taubaté, 2005. Disponível em: < http://www.ppga.com.br/mestrado/2005/vieira-arlete_candido_monteiro.pdf> Acesso: 14 set. 2010.

VIEITEZ, C. G. **A Empresa Sem Patrão**. In: Candido Giraldez Vieitez. (Org.). **A Empresa Sem Patrão**. 1ª ed. Marília: Marília-UNESP, 1997, v., p. 9-24.

APÊNDICE

APÊNDICE I: Pontos Favoráveis e Não Favoráveis Encontrados na Organização e Gestão dos Empreendimentos Solidários.

1.1 – Pontos Positivos do Segmento do Vestuário.

Autor:	Cabral (2004)	Bertucci (2005)	Barfknecht; Merlo e Nardi (2006)	Gonçalves (2008)
Pontos Favoráveis/ Vestuário	<ul style="list-style-type: none"> Existência de assembleias; As informações estão à disposição de todos os membros da cooperativa; Cursos a respeito do cooperativismo. 	<ul style="list-style-type: none"> Comercialização dos produtos para fora do Brasil. 	<ul style="list-style-type: none"> Bom relacionamento entre os trabalhadores; São solidários uns com os outros e também trocam saberes; Boa Reputação perante a comunidade local, outros grupos do movimento econômico solidário e pelo público que compra o que é produzido pela cooperativa; Autogestão; Solidariedade. 	Autogestão; <ul style="list-style-type: none"> Realizam assembleias e reuniões; Solidariedade; Alguns cooperados têm uma forte ligação com a cooperativa e a querem fazer crescer.

1.2 – Pontos Negativos do Segmento do Vestuário.

Autor:	Cabral (2004)	Bertucci (2005)	Barfknecht; Merlo e Nardi (2006)	Gonçalves (2008)
Pontos Não Favoráveis/ Vestuário	<ul style="list-style-type: none"> As vendas da cooperativa não estão boas; Pouco comprometimento por parte de alguns cooperados; Conflitos internos; Existência de hierarquia; Baixa escolaridade que acarreta dificuldades em assumir certas funções no empreendimento e dificuldades no gerenciamento; Pouco conhecimento sobre cooperativismo de alguns membros da cooperativa; Para alguns a participação nas assembleias é um fardo; Inexistência da autogestão; Existência de hierarquia. 	<ul style="list-style-type: none"> Inexistência de solidariedade e troca de conhecimentos; Pouco investimento na melhora dos serviços nos últimos anos; Pouca participação das cooperadas nas reuniões; Inexistência da autogestão. 	Não houve	<ul style="list-style-type: none"> Rotatividade; Baixos rendimentos; Falta de escolaridade o que causa, desconhecimento em relação a oportunidades de venda e de negociar.

1.3 – Pontos Positivos do Segmento de Alimentação/Agricultura/Agropecuária

Autor:	Nunes (2001)	Freitas (2002)	Halicki (2007)	Debiazi (2008)
Pontos Favoráveis/ Alimentação/ Agricultura/ Agropecuária	<ul style="list-style-type: none"> • Experiências anteriores dos cooperativados com outras atividades coletivas; • Habilidade dos líderes de se relacionar externamente e divulgar os projetos do grupo; • Repasse de conhecimentos e experiências ao grupo; • Solidariedade; • Autogestão; • Apoio da comunidade; • Espírito empreendedor dos membros da cooperativa fez com que a renda do grupo aumentasse aos poucos; • Ética na divisão dos dividendos. 	<ul style="list-style-type: none"> • Realização de treinamentos a respeito do cooperativismo, palestras e orientações técnicas; • Sede própria; • Realizações de feiras com os produtos; • Participam de seminários e fóruns para discutirem a atual situação da agricultura, tendo como enfoque a agroecologia; • Prática dos princípios do cooperativismo; • Autogestão; • Práticas de preservação ambiental; • Parceria com outras associações e cooperativas do País, provocando um aumento no mix de produtos comercializados nas feiras. 	<ul style="list-style-type: none"> • Presença de tecnologias; • Possuem 6 indústrias; • Possuem 6 supermercados; • A cooperativa disponibiliza para seus cooperados crédito oficial e prestação de assistência veterinária e agrônômica; • Realizam cursos, treinamentos e eventos; • Valores cooperativistas ensinados na escola. 	<ul style="list-style-type: none"> • Realizam assembleias e reuniões; • Possuem uma escola para os filhos dos cooperados; • Possuem um posto de atendimento que realiza terapias de saúde; • Realizam festas, comemorações e torneios de esporte promovendo intercâmbio com outros assentamentos; • Possuem um grupo de jovens; • Introdução de tecnologias para aumentar a produção e melhorar as condições de trabalho dos membros da cooperativa; • Solidariedade.

1.4 – Pontos Negativos do Segmento de Alimentação/Agricultura/Agropecuária

Autor:	Nunes (2001)	Freitas (2002)	Halicki (2007)	Debiazi (2008)
Pontos Não Favoráveis/ Alimentação/ Agricultura/ Agropecuária	<ul style="list-style-type: none"> • Inexistência de cede própria; • Rotatividade; • Conflitos internos, de caráter interpessoal devido a incompreensões e suspeitas; • Baixa escolaridade que acarreta dificuldades na prestação de contas e no gerenciamento. 	<ul style="list-style-type: none"> • Pouco conhecimento sobre cooperativismo de alguns membros da cooperativa; • Falta de autonomia devido a dependência de agentes externos; • Pouco comprometimento por parte de alguns cooperados. 	<ul style="list-style-type: none"> • Esta cooperativa se encaminha para uma empresa mercantil. 	<ul style="list-style-type: none"> • Inexistência da autogestão; • Não possuem treinamentos e formação técnica; • Existência de insalubridade e precariedade nas condições de trabalho.

1.5 – Pontos Positivos do Segmento de Alimentação/Agricultura/Agropecuária

Autor:	Ignácio e Souza (2008)	Marchall (2009)
<p>Pontos Favoráveis/Alimentação/Agricultura/Agropecuário</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Estimulo aos agricultores a diversificar a produção; • Possuem sua própria sede; • Realizam assembléias e reuniões; • Participam do Fórum de Economia Solidárias e outros encontros; • Aumento da tecnologia. 	<ul style="list-style-type: none"> • Confiança dos cooperados em relação à cooperativa, quando ingressam permanecem por muitos anos; • Permanência dos produtores no meio rural; • Solidariedade; • Influencia positiva na valorização pessoal dos cooperados; • Alguns cooperados têm uma forte ligação com a cooperativa e a querem fazer crescer.

1.6 – Pontos Negativos do Segmento de Alimentação/Agricultura/Agropecuária

Autor:	Ignácio e Souza (2008)	Marchall (2009)
<p>Pontos Não Favoráveis/Alimentação/Agricultura/Agropecuário</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Dificuldades de negociação e gerenciamento; • Existência de hierarquia; • Inexistência de solidariedade. 	<ul style="list-style-type: none"> • Falta de escolaridade, que ocasiona dificuldades nas negociações de aquisição e venda da produção, bem como, dificuldade na introdução no mercado.

1.7 – Pontos Positivos do Segmento de Reciclagem de Lixo

Autor:	Bertucci (2005)	Coelho (2007)	Sícoli (2007)	Teixeira (2007)
Pontos Favoráveis/ Reciclagem de Lixo	<ul style="list-style-type: none"> • Realização de cursos de cooperativismo e gestão dentro dos pressupostos da economia solidária para os cooperados; • Autogestão; • Desde o início do empreendimento a produção tem aumentado; • Qualidade nos serviços; • Aquisição de equipamentos; • Realizam assembléias e reuniões; • Solidariedade; • Atuam na comunidade com conscientização ambiental. 	<ul style="list-style-type: none"> • Cursos a respeito do cooperativismo, através de órgãos técnicos especializados; • Possuem sede própria; • Existe a prática dos princípios cooperativistas; • Existência de assembléias e reuniões; • Realização de cursos de interesse da cooperativa; • Interesse dos cooperados em cada vez mais se aproximarem do modelo cooperativista; • Avanço na autoconfiança dos membros da cooperativa; • Autogestão; • Solidariedade. 	<ul style="list-style-type: none"> • A prefeitura disponibiliza a cooperativa um galpão, 3 caminhões, 3 motoristas, uma balança eletrônica, uma prensa, duas empilhadeiras e paga o combustível, água e a luz; • Alguns cooperados têm uma forte ligação com a cooperativa e a querem fazer crescer. 	<ul style="list-style-type: none"> • Realização de cursos de cooperativismo; • Atuam na comunidade com conscientização ambiental; • Alguns cooperados voltaram a estudar; • Autogestão; • Os cooperados têm conhecimento de todas as áreas de trabalho, porém eles trabalham na que mais se identificam; • Solidariedade.

1.8 – Pontos Negativos do Segmento de Reciclagem de Lixo

Autor:	Bertucci (2005)	Coelho (2007)	Sícoli (2007)	Teixeira (2007)
Pontos Não Favoráveis/ Reciclagem de Lixo	<ul style="list-style-type: none"> • Pouco investimento na melhora dos serviços para os próximos anos; • Falta de auto-estima dos trabalhadores; • Poucos equipamentos e espaço pequeno provocam conflitos internos. 	<ul style="list-style-type: none"> • Certa dependência de agentes externos. 	<ul style="list-style-type: none"> • Grande rotatividade de cooperados devido à baixa remuneração; • Muitos cooperados vêm na cooperativa apenas um emprego temporário, visando ficar lá até conseguirem outro emprego; • Falta de experiência e escolaridade para se assumirem algumas funções na cooperativa; • Alterações de cargos com muita frequência, diferente do que diz o estatuto da cooperativa que deveriam ser de quatro em quatro anos; • Problemas de gestão; • Inexistência de solidariedade; • Falta de comprometimento por parte de alguns cooperados; • Inexistência da autogestão; • Uso da cooperativa para promoção e propaganda eleitoral; • Inexistência de autonomia; • Pouca rentabilidade. 	<ul style="list-style-type: none"> • Não participação dos cooperados na idealização do empreendimento; • O ingresso de alguns cooperados se dá muitas vezes por falta de opção de trabalho do que por vontade consciente; • Pouca participação dos cooperados nas decisões da cooperativa; • Pouco conhecimento de alguns cooperados sobre cooperativismo e vícios em relação ao assalariamento; • Rotatividade devido a baixa remuneração.

1.9 – Pontos Positivos do Segmento de Castanha de cajú

Autor:	Andriola (2008)	Andriola (2008)	Andriola (2008)
Pontos Favoráveis / Reciclagem de Lixo	<ul style="list-style-type: none"> • Disponibilização de cursos que abordam assuntos a respeito do cooperativismo; • Existência da prática dos princípios cooperativistas; • Autogestão. 	Não houve	Não houve

1.10 – Pontos Negativos do Segmento de Castanha de Cajú

Autor:	Andriola (2008)	Andriola (2008)	Andriola (2008)
Pontos Não Favoráveis/ Reciclagem de Lixo	Não houve	<ul style="list-style-type: none"> • Pouco conhecimento dos princípios cooperativistas; • Pouca oferta de cursos e treinamentos; • Inexistência da prática dos princípios cooperativistas; • Inexistência da autogestão; • Falta de comprometimento dos cooperados. 	<ul style="list-style-type: none"> • Pouco conhecimento dos princípios cooperativistas; • Pouca oferta de cursos e treinamentos; • Inexistência da prática dos princípios cooperativistas; • Inexistência da autogestão; • Falta de comprometimento dos cooperados.

1.11 – Pontos Positivos do Segmento de Turismo

Autor:	Caçado (2004)
Pontos Favoráveis/ Turismo	<ul style="list-style-type: none"> • Diversificação do mix de produtos; • Existência de assembleias e reuniões; • Evolução do grupo com o tempo pessoalmente e profissionalmente.

1.12 – Pontos Negativos do Segmento de Turismo

Autor:	Caçado (2004)
Pontos Não Favoráveis/ Turismo	<ul style="list-style-type: none"> • Falta de maturidade de alguns cooperados; • Falta de autonomia devido à dependência de agentes externos; • Constantes faltas dos cooperados nas assembleias; • Carência na circulação das informações; • Inexistência da autogestão constante; • Pouco comprometimento por parte de alguns cooperados.

1.13 – Pontos Positivos do Segmento de Limpeza das Ruas

Autor:	Dal Magro e Coutinho (2008)
Pontos Favoráveis/ Limpeza das ruas	Não Houve

1.14 – Pontos Negativos do Segmento de Limpeza das Ruas

Autor:	Dal Magro e Coutinho (2008)
Pontos Não Favoráveis/ Limpeza das ruas	<ul style="list-style-type: none"> • Não participação dos cooperados no processo de criação da cooperativa; • Inexistência da prática dos princípios cooperativistas; • Dificuldade dos participantes de entenderem qual seu vínculo de trabalho com a cooperativa e a sua função; • O empreendimento não possibilitou a desalienação do trabalho; • Dependência de agentes externos; • Falta de comprometimento dos cooperados; • O empreendimento serviu como propaganda eleitoral.

1.15 – Pontos Positivos do Segmento de Artesanato

Autor:	Felski (2008)
Pontos Favoráveis/ Artesanato	<ul style="list-style-type: none"> • Possui reuniões e assembléias com elevada participação dos membros; • Bom relacionamento entre os trabalhadores; • Trabalho de qualidade; • Troca de experiências com outras cooperativas; • Existência de solidariedade.

1.16 – Pontos Negativos do Segmento de Artesanato

Autor:	Felski (2008)
Pontos Não Favoráveis/ Artesanato	<ul style="list-style-type: none"> • Dificuldades de gerenciamento do empreendimento; • Dificuldades na comercialização dos produtos; • Trabalho de menores; • Dificuldades de divulgação; • Dificuldade em atender a demanda, o que faz com que sejam contratados pessoas de fora da cooperativa para ajudar na produção, o que transforma a produção em uma linha industrial; • Dependência de agentes externos.

1.17 – Pontos Positivos do Segmento de Crédito Solidário

Autor:	Gonçalves (2008)
Pontos Favoráveis/ Crédito Solidário	Não Houve

1.18 – Pontos Negativos do Segmento de Crédito Solidário

Autor:	Gonçalves (2008)
Pontos Não Favoráveis/ Crédito Solidário	<ul style="list-style-type: none"> • Inadimplência de 50%, na maioria dos casos por dificuldades financeiras da família devido a seca de oito meses, então só conseguem saldar suas dívidas com os quatro meses da estação de chuvas; • Por causa da pouca rentabilidade, da pouca expressividade de sócios, números baixos de poupança e a alta inadimplência foram desligados do sistema Ecosol; • Falta de conhecimento técnico e escolaridade.

1.19 – Pontos Positivos do Segmento de Fabricação de Peças em Couro/Sintético

Autor:	Bertucci (2005)
<p>Pontos Favoráveis/ Fabricação de peças em couro/sintético</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Todos os cooperados têm conhecimento em todos os setores da produção; • Aumento da produção no último ano; • Aquisição de novas máquinas e equipamentos; • Projeção de novos investimentos e aquisições; • Autogestão; • Boa participação dos cooperados; • Realizam assembléias e reuniões; • Participam de ações econômicas solidárias.

1.20 – Pontos Negativos do Segmento de Fabricação de Peças em Couro/Sintético

Autor:	Bertucci (2005)
<p>Pontos Não Favoráveis/ Fabricação de peças em couro/sintético</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Começo conturbado com a falta de compromisso e responsabilidade dos pesquisadores da incubadora responsável por auxiliar na formação da cooperativa; • Falta de auto-estima dos cooperados.

